

FACULDADE LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

FRANCISLANIA MARIA DO NASCIMENTO

BOLSA FAMÍLIA: DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO?

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2015

FRANCISLANIA MARIA DO NASCIMENTO

BOLSA FAMÍLIA: DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social pela a Faculdade de Ciências Aplicadas Dr. Leão Sampaio, sob a

Orientação da Professora Esp. Pautília Ferraz Araruna.

FRANCISLANIA MARIA DO NASCIMENTO

BOLSA FAMÍLIA: DEPENDÊNCIA OU EMANCIPAÇÃO?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado á Banca Examinadora, como exigência para a obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social pela a Faculdade de Ciências Aplicadas Dr. Leão Sampaio, sob a orientação da Professora Esp. Pautília Ferraz Araruna.

Aprovada em _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Especialista Pautília Ferraz Araruna
Orientadora

Professora Esp. Aldair Pericles Bezerra Monteiro
1ª Examinadora

Professora Mestre Rita Fabiana Arrais do Nascimento
2ª Examinadora

AGRADECIMENTO

Antes de tudo agradecer a Deus por tudo que representas em minha vida, em especial no decorrer destes quatro anos, por ter estado sempre ao meu lado, principalmente nas horas que em que pensei desistir, me sinto lisonjeada por ter colocado em meu destino pessoas legais e do bem, reconheço também os momentos de extrema dificuldade que tive que enfrentar, sendo assim, foi um dos pré-requisitos que me tornou forte, uma pessoa centrada, sonhadora e confiante.

A minha mãe, Francisca, que tanto foi companheira, incentivadora e fiscalizadora nessa labuta, me ajudando dentro de suas limitações, possibilidades e principalmente na realidade vivenciada dando-me carinho, atenção e amor.

Ao meu pai, Genesio, que tanto me ajudou, com seu carinho atenção e amor dentro da nossa realidade tratando-se em especial na questão financeira que sempre tivemos dificuldades, contudo, nunca nos faltou o essencial em nosso seio familiar.

A minha adorável amiga Clara Emoliere, que sempre pude contar nos momentos que sempre lhe busquei auxílio, apoio, atenção e amizade. Todavia a mesma fez parte desse momento atuou na colaboração do meu trabalho de conclusão de curso, infinitamente grata.

Ao meu irmão, Josué, que sempre estive de braços abertos quando necessitei dando-me apoio e amizade, ou seja, incentivando em todos os momentos árduos da minha caminhada.

A minha avó, Nêga, que sempre cuidou de suas seis filhas para que uma dessas pudesse chegar a ser a minha genitora, obrigada pelo o seu amor, carinho e dedicação em especial seus conselhos, minha rainha obrigado, mesmo em meio a tanto sofrimento soube ser exemplo de bondade e honestidade, um ícone para a vida de todos que lhe conhece em especial a mim.

A minha querida de coração Tia Luzia, agradecida desde sempre por ter me acolhido em sua residência, sendo um apoio em minha longa caminhada acadêmica.

As minhas queridas Assistentes Sociais, Débora Kay, Francineide Simião, Hayana Cavalcante, Patrícia Araújo, do equipamento do Bolsa Família que me receberam de braços abertos no campo de estágio, tenho muita admiração pela

dedicação das mesmas ao trabalho que desenvolvem, obrigada pela grande contribuição em minha formação ampliando minha meta e atuação profissional.

A minha adorável professora e orientadora Pautília Ferraz por ter contribuído em minha formação profissional, na qual tenho muita admiração, carinho e respeito. Obrigada pela dedicação todo esse tempo e por não ter medido esforços em está ao meu lado na construção do meu objetivo, sendo sempre positiva dando-me apoio no crescimento profissional e intelectual.

Nunca deixe que lhe digam que não vale a pena acreditar no sonho que se tem ou que seus planos nunca vão dar certo ou que você nunca vai ser alguém...

Tem gente que machuca os outros tem gente que não sabe amar, Mas eu sei que um dia a gente aprende se você quiser alguém em quem confiar, confie em si mesmo, quem acredita sempre alcança!

(Renato Russo)

RESUMO

A realização deste trabalho de conclusão de curso tem como propósito constituir um diagnóstico através de análises realizadas, obter uma melhor concepção sobre a condição de vida das famílias beneficiárias do programa bolsa família buscando uma visão ampla em uma perspectiva de avanços ou retrocessos, ou seja, se houve realmente uma emancipação na estrutura familiar financeira ou se encontramos ainda a situação de dependência. Pesquisa esta realizada com famílias beneficiárias do programa que residem na cidade de Juazeiro do Norte-CE, mas precisamente na Vila Palmeirinha. Dessa forma, foi relatado particularidades do contexto histórico da trajetória de classes sociais e da política de assistência social, como em especial a unificação dos programas de transferência de renda tendo em vista, o período de 2003 a 2010 mediante comando do presidente vigente daquele período, que tinha como objetivo combater a fome, já no comando presente busca-se tanto o combate à fome quanto a miséria, haja vista a contemplação de um breve histórico do fazer profissional do assistente social. Nesse sentido, podemos dar ênfase a avaliação do Programa Bolsa Família que é um programa de redistribuição de renda, carro chefe dos atuais governos, onde se observa uma melhoria na condição de vida dos sujeitos que se encontram em situação vulnerável, dessa forma, afirmamos que não há de fato, possibilidade de emancipação e sim de uma explícita dependência por parte das famílias beneficiárias do PBF. Podemos estruturar esta pesquisa mediante revisão bibliográfica de autoras (os) que debatem sobre o tema, como também através da análise desenvolvida em campo por meio da coleta de dados, ou seja, foi aplicada uma entrevista semiestruturada que possui como característica a utilização de um roteiro previamente elaborado, uma vez que “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). Contudo, essa averiguação possibilitou compreender por meio dos beneficiários a importância do programa, em especial aqueles que os tem como única fonte de renda.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Dependência. Emancipação. Serviço Social.

ABSTRACT

The completion of this course conclusion work aims to establish a diagnosis through analysis performed, get a better idea about the living conditions of the beneficiary families of the Bolsa Família program seeking a broad view on the prospect of progress or setbacks, ie if there was indeed a financial emancipation in family structure or if we still find the situation of dependence. Research is carried out with beneficiary families program residing in the city of Juazeiro do Norte, Ceará, but precisely in the Village Palmeirinha. Thus, it was reported particularities of the historical context of the history of social classes and social care policy, and in particular the unification of income transfer programs in view, the period from 2003 to 2010 by command of the current president of that period, which aimed to combat hunger, as in this command seeks to both the fight against hunger as poverty, given the contemplation of a brief history of professional do the social worker. In this regard, we emphasize APPRAISAL Bolsa Família is an income redistribution program, flagship of the current government, which is observed an improvement in the living conditions of the individuals who are in vulnerable situations, therefore, affirm that there is indeed the possibility of emancipation but of an explicit dependence on the part of beneficiary families of GMP. We can structure this research through literature review of authors (the) debating on the topic, as well as through the analysis developed in the field by collecting data, ie a semi-structured interview that has characterized by the use of a road map was applied previously prepared, since "[...] favors not only the description of social phenomena, but also his explanation and understanding its entirety [...]" in addition to maintaining the conscious and active presence of the researcher in the process of information collection (TRIVIÑOS, 1987, p. 152). However, this investigation enabled us to understand by the beneficiaries the importance of the program, especially those who have them as only source of income.

Keywords: Family Grant Program. Addiction. Emancipation. Social Service.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ACS – Agente Comunitário de Saúde

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CF - Constituição Federal

CFEES – Conselho Federal de Serviço Social

ESF – Estratégia Saúde da Família

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômicas

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LBA – Legião Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PBF – Programa Bolsa Família

PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PIB – Produto Interno Bruto

PNAA – Programas Nacionais de Acesso à Alimentação

PNADS – Pesquisas Nacionais por Amostras em Domicílios

PSDB – Partido Social Democrático Brasileiro

RF – Responsável Familiar

SESAU – Secretária Municipal de Saúde

SUAS – Sistema Única de Assistência Social

UBS – Unidade Básica de Saúde

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01- Identificação dos beneficiários referente à faixa etária.....	41
GRÁFICO 02- Classificação dos beneficiários de acordo com o sexo	42
GRÁFICO 03- Especificação dos beneficiários referente realização de atividade remunerada ou não.....	43
GRÁFICO 04- Identificação dos beneficiários entrevistados referente à quantidade de pessoas por domicílio	44
GRÁFICO 05- Classificação dos beneficiários de acordo com a renda familiar sem considerar o PBF	45
GRÁFICO 06- Especificação dos beneficiários referente à quantidade de anos que fazem parte do PBF	46
GRÁFICO 07- Identificação dos beneficiários entrevistados referente ao valor que recebem do benefício.....	47
GRÁFICO 08- Classificação dos beneficiários do PBF referente a outro programa complementar	48
GRÁFICO 09- Especificação dos beneficiários referente a algum outro benefício assistencial	49
GRÁFICO 10- Identificação dos beneficiários entrevistados mediante bloqueio do benefício, levando em consideração se houve algum motivo.....	50
GRÁFICO 11- Classificação dos beneficiários referente ao conhecimento dos mesmos relativos ao significado das condicionalidades.....	51
GRÁFICO 12- Especificação dos beneficiários referente ao uso do benefício, ou seja, o que costumam comprar	52
GRÁFICO 13- Identificação dos beneficiários entrevistados caso não venham se enquadrarem no perfil do PBF	53
GRÁFICO 14- Classificação das famílias beneficiárias quando não possuíam o benefício	54
GRÁFICO 15- Especificação dos beneficiários referente à omissão de informações com o propósito de permanecer no PBF	55
GRÁFICO 16- Identificação dos beneficiários entrevistados caso venha ser extinto o PBF.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I- PROCESSO HISTÓRICO DOS NÍVEIS DE CLASSES SOCIAIS NO BRASIL	14
1.1 TRAJETÓRIA DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL	14
1.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO	19
CAPÍTULO II- TRAJETÓRIA DA ORIGEM DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O PROGRESSO DO BOLSA FAMÍLIA	24
2.1 ANTES DO SURGIMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	24
2.2 ÍNDICIOS NA MELHORIA DA CONDIÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA	29
2.3 IMPACTOS REFERENTE AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ATENUAÇÃO DA POBREZA DAS FAMÍLIAS BREVE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO REFERIDO PROGRAMA.....	33
CAPÍTULO III- ANÁLISE METODOLÓGICA DA PESQUISA	40
3.1 LOCAL DA PESQUISA	40
3.2 CONDUZAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA.....	41
3.3 AVALIAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ELEMENTOS COLETADOS	42
3.4 ANÁLISE DAS FALAS	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS	65
APÊNDICE	69

INTRODUÇÃO

O estudo que se apresenta refere-se à compreensão da situação de vulnerabilidade social das famílias que se enquadram no perfil do programa de transferência de renda bolsa família, especificamente da cidade de Juazeiro do Norte-CE, ou seja, na perspectiva de analisar as famílias beneficiárias quanto a sua dependência ou emancipação do referido programa, a fim de expandir o entendimento da temática.

Esse conteúdo é significativo, diante da situação de pauperização do sujeito, onde a classe menos favorecida encontra-se vinculado ao conflito direto antagônico que perpassa vários e longos anos.

No primeiro capítulo, discorremos sobre a importância do programa bolsa família na tentativa de superação da pobreza no intuito de atuação como suporte para as famílias beneficiárias na tentativa de proporcionar uma emancipação dos sujeitos, contudo, percebemos o lado avesso de todo esse contexto histórico que se retrata da dependência do benefício para a população atrelada a essa política de assistência.

Relatamos também na segunda parte, um breve histórico sobre a atuação do assistente social vinculado a este programa, uma vez que o exercício profissional juntamente encontra-se alicerçado a um cenário de infinitos desafios como, por exemplo, a evolução de uma política neoliberal e as novas expressões da questão social, desemprego, exclusão social, violência dentre as mais situações de risco social que afetam diretamente na vida do sujeito, possibilitamos de forma resumida a descrição da trajetória das classes sociais no Brasil, a conquista da assistência social como direito, dessa maneira, descrevemos de forma simples também, como era antes do surgimento do programa consequentemente a unificação dos anteriores programas de transferência de renda.

Portanto, o trabalho refere-se à discussão do impacto positivo e negativo do programa bolsa família relacionado aos beneficiários na condição de melhoria da situação vulnerável em que se encontram, analisando de uma forma mais ampla buscando a compreensão se o programa possibilita uma real emancipação ou dependência por parte das famílias beneficiárias do nosso país. Esta análise se deu através de observações e dados consideravelmente relevantes a cerca das

condições e formas de subsistência dos beneficiários que por sua vez possuem o benefício em sua maioria como única fonte de renda.

No terceiro capítulo, realizamos este estudo mediante dados coletados através da pesquisa o quanto o programa torna-se responsável pelo o sustento de milhares de famílias de baixa renda e o acompanhamento dessas famílias mediatizado pelo o profissional assistente social do referido setor, tendo em vista a contribuição desse profissional de maneira crítica, ética, teórico-metodológica possibilitando a intervenção no conflito das classes antagônicas.

CAPÍTULO I - PROCESSO HISTÓRICO DOS NÍVEIS DE CLASSES SOCIAIS NO BRASIL.

1.1 TRAJETÓRIA DAS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL.

A fragmentação da sociedade em classes é consequência dos diferentes papéis que os grupos sociais têm no processo de produção. Uma classe social é um grupo de pessoas que têm status social equivalente segundo parâmetros diversos, especialmente o econômico. (VIANA, 2012).

As relações de produção regulam tanto a distribuição dos meios de produção e dos produtos quanto à apropriação dessa distribuição e do trabalho. Elas expressam as formas sociais de organização voltadas para a produção. Os fatores decorrentes dessas relações resultam em uma divisão no interior das sociedades.

Segundo Araújo (2007), as classes sociais, para Marx, surgem a partir da divisão social do trabalho. Em razão dela, a sociedade se divide em possuidores e não detentores dos meios de produção. Nesse sentido com o surgimento das classes sociais, se vincula ao início do capitalismo, conseqüentemente com a primeira revolução industrial trazendo um amplo impacto mundial no que diz respeito ao nível social e econômico e foi mediante a isso que o capitalismo revelou-se.

A partir da teoria marxista, passamos a compreender melhor que a sociedade dividiu-se em partes antagônicas, ou seja, em duas classes sociais, os exploradores proprietários rurais, burgueses aqueles que detinham os meios de produção e conseqüentemente havia a outra face da moeda, a classe dos explorados constituídos dos proletários ou operários. Os mesmos possuíam apenas a sua força de trabalho como fortuna, ou seja, até na contemporaneidade o pensamento de Marx se faz presente tendo como foco o que movimenta a história, à luta de classes.

Com os avanços históricos percebemos que a situação de pauperização é um fato que segue a humanidade há séculos. Produto das desigualdades econômicas e sociais, a miséria passou a expandir particularidades específicas nos últimos 200 anos, à proporção que o complexo capitalista de organização da sociedade passou a predominar em todo o mundo. O papel destinado por cada classe é que vai diferenciar o status de riqueza e de rendimento ocupado pelas mesmas, ou seja, existe uma bagagem de culturas diferentes em todo esse processo histórico, fazendo com que a classe social represente os sujeitos sociais nas mesmas

posições do processo de produção contendo ligação ideológica e política, em contrapartida havendo uma desigualdade que se faz nítida até hoje.

A “questão social” é o conjunto das expressões das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais vivenciadas na sociedade capitalista madura. Trata-se pois das desigualdades de classe, gênero, etnia e geração, que nesta forma de sociabilidade podem ser relacionadas a uma raiz comum, qual seja: “a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantêm-se privado, monopolizada por parte da sociedade” (IAMAMOTO, 1999, p.27-29).

A pauperização está relacionada à causa material, com a finalidade de sobrevivência do ser humano. Sua essência volta aos primórdios da humanidade, no qual a diversidade entre os sujeitos está em desmembrar os seres por classes sociais, estas apresentando-as em dois eixos principais, a classe dominante e as menos favorecidas.

A igualdade desapareceu, o trabalho tornou-se necessário, o desenvolvimento das faculdades psíquicas leva à distinção entre o que é e o que parece ser; a sociedade impõe-nos parecermos coisa diferente do que somos. O homem torna-se escravo de suas necessidades e de seus semelhantes. A riqueza suscita à ambição, a concorrência, a rivalidade de interesses, a herança, a dominação universal. (Rousseau, 1988, p.14).

Dessa forma, podemos perceber a realidade das desigualdades em todo o mundo e em especial no nosso país, que se apresentam de forma clara para alguns que possuem conhecimento e para outros de uma forma alienada que nos remete a naturalização dessa situação, isto é, a situação de pobreza se verifica de forma específica em cada época e em cada período histórico. Várias vezes, o simples desenvolvimento econômico não se faz eficiente para minimizar as desigualdades sociais, se bem que, possui relevância na redução de situação de miséria.

O Brasil nos últimos anos vem constatando de modo lamentável, uma grande face de má distribuição de renda, conseqüentemente gerando assim a desigualdade social, podendo alastrar-se ainda mais aos patamares da pobreza. O nosso país encontra-se instável, ou seja, há um legado de injustiça social que elimina grande parte expressiva da massa, sendo que essa não consegue ter acesso às condições mínimas fixadas em leis referentes à dignidade humana e cidadania. Podemos ter como ideia principal, mediante os estudos anteriores, que o Brasil em primeiro lugar não se vincula a uma nação totalmente carente, isto é, em um segundo momento acreditamos que os altos índices de pobreza que amedrontam toda uma sociedade

alicerçada ao longo do processo histórico de desigualdades nas lutas antagônicas travadas por as duas classes sociais, uma vez que, toda essa situação encontra-se atrelada a uma cruel distinção na distribuição dos proventos e das chances de inclusão social e econômica (BARROS, MENDONÇA, 1995).

Em torno de todas essas desigualdades em nosso país, afinal qual é o tamanho da pobreza do Brasil? Podemos dizer que é o agravamento da situação de vulnerabilidade entre as famílias no Brasil, podendo ser percebido de uma forma mais concreta, em meados dos anos de 1977 e 1998, de acordo com estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em conjunto com as análises das pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNADs). Estas pesquisas que foram realizada

s anualmente em domicílios concediam elaborar uma variedade de fatores que indicariam a evolução ou estagnação do padrão de renda das famílias brasileiras (BARROS, MENDONÇA, 1995).

De acordo com esses resultados obtidos pela PNADs, no ano de 1998, 14% da população sobrevivia em famílias com uma renda mínima, onde 33% possuía renda inferior à linha da pobreza, ou seja, existia 21 milhões de cidadãos que poderiam ser classificados como indigentes e 50 milhões como miseráveis, o Brasil, nessas últimas fases, teve como principais elementos de redução da pobreza o progressivo aumento do salário mínimo, associado aos programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, conseqüentemente, a expansão da quantidade de usuários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) (BARROS, MENDONÇA, 1995).

No Brasil, a situação de penúria só se tornaria um ato novo mediante a metade do século XX, no momento em que o Estado de fato começou a desenvolver uma ação sanitária com o propósito de minimizar o grau de pobreza juntamente com as doenças infectocontagiosas do período, em específico no interior do nosso país.

“A pobreza até então não era considerada um problema social, mas uma condição estrutural da sociedade ligada à raça, à escravidão, ao saneamento, à nutrição e a outros aspectos mais funcionalistas. Situavam a pobreza em dois aspectos centrais, a pobreza digna ligada ao trabalho, e outra desprezível, que preferiam chamar de “miséria”, ligada à preguiça” (SPRANDEL, 2004, p. 32).

O clímax do debate, referente à situação de penúria como um sério problema social aconteceu em meados dos anos 1980 e 1990, com o sistema de redemocratização do país através da Constituição Federal de 1988.

Segundo Rocha (2005, p. 10), “[...] Definir o conceito de pobreza relevante e escolher os procedimentos de mensuração adequados é o resultado de análise sensata e cuidadosa de cada realidade social específica”. Dessa forma, existe a preocupação em operacionalizar a noção de pobreza através da especificação de suas reais necessidades e do nível de atendimento adequado a cada situação e realidade. Não se pode definir um padrão absoluto de insuficiência de renda e encaixá-lo a toda e qualquer realidade social. Assim, a definição mais relevante de pobreza deve levar em conta o padrão de vida e a forma de como as necessidades básicas são atendidas em determinado contexto socioeconômico.

No que se refere à tentativa de conseguir saciar as necessidades da população, podemos observar que os sujeitos que possuem menor poder aquisitivo renunciam a certas necessidades devido existirem outras prioridades, ou seja, é preciso que o indivíduo defina suas escolhas, que por vezes leva a limitação ao acesso de elementos considerados, também, necessários.

As necessidades conseguem se transformar em elementos, são eles: materiais, como nutrição, saúde, educação, vestuário, transporte, etc. Ou abstrato, como autoestima, apego, participação, inovação, liberdade, identidade, etc. (SANTOS, 2002).

De modo completo, o significado da palavra pobreza encontra-se repetidamente vinculado ao ponto de vista que envolve a fome, à disparidade ou falta de recurso monetário, à falta de clareza sobre determinadas informações consequentemente, também, como cultura, etc.

Apesar disso, para Rocha (2005, p.19), um indício revelador que mais se adequa a situação de pobreza deve ir muito mais além da escassez de alimento; portanto, esse indício deve absorver uma sucessão bem macro de consumo humano, tendo como exemplo: educação, saúde, saneamento, habitação, lazer, etc. Todavia, não se deve explicar o sentido de pobreza baseado apenas em nível mínimo de satisfação das necessidades essenciais do sujeito, e sim, expandindo diversas possibilidades. Dessa maneira, para a concretização dessas necessidades básicas, é determinante conceituar e equiparar a penúria em conformidade com a cultura, a saúde, a economia e a instrução de cada local.

Este entendimento deve se fazer vigente nos programas sociais de combate à pobreza, para que a população favorecida não se torne submissa do provento provisório. Este processo não deve ser apenas assistencial, mas atingir um saber mais amplo. De acordo com Demo:

Se a pobreza política está na base da pobreza material, parece razoável que educação e conhecimento representem a maneira mais adequada de integrar seu enfrentamento do que assistência. A utopia maior do ser humano ainda é emancipação, não assistência. Demo (1997, p.61):

Sendo assim, é primordial desenvolver condições direcionadas para o âmbito educacional, no intuito de contribuir para a sociedade deixar essa situação precarizada em especial no quesito renda, tentando conquistar a tal desejada independência.

O processo de auxílio e socorro ao público carente não deveria significar para o Estado a ideia de o pobre obter ajuda. Nessa concepção o direito da população está vinculado aos impostos pagos pelos os mesmos. A atenção aos que se encontram em estado de penúria se faz necessária, entretanto seu objetivo torna-se jurídico, no qual o sujeito com menor poder aquisitivo é classificado como um alvo de obrigação do Estado (RIBEIRO, 2007).

Desse modo, em medida de Estado, no sentido de enfrentar a situação de penúria e a fome da sociedade faz-se essencial um estudo detalhado no que diz respeito à assistência efetiva, direcionando suas atuações podendo avaliar a pobreza em conformidade com as necessidades particulares de cada realidade em que se faz vigente.

1.2 ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO

O subsídio social da nossa sociedade brasileira dar-se a partir da época colonial. Entendemos dessa forma que a assistência de grande parte da população colonial era executada dentro das propriedades como, por exemplo, as fazendas. Conforme Ribeiro (2007, p.81):

O sistema de ajuda era realizado, nos primeiros séculos de colonização, pela Igreja – com o mandato do Estado – que se encarregava da assistência social, do ensino e da saúde. O catolicismo colonial, permeado de tradições medievais e mesclado com devoções populares, foi um campo

fértil onde o indivíduo encontraria as associações voluntárias, como as irmandades e confrarias, através das quais teria acesso aos serviços sociais, ao lazer e à convivência social.

Em 1889 a 1930, a Assistência Social chegou a tornar-se uma categoria “política social sem Estado” tudo isso por meio de uma proposta liberal na batalha contra a pobreza e a miséria. Apenas no momento em que Getúlio Vargas iniciou seu mandato foi que algumas leis foram desenvolvidas, passando a serem executadas em fábricas como também nas variadas classes profissionais. Temos como exemplo de leis aplicadas nesse período: Meta de oito horas para a jornada de trabalho, assim sendo em 1932; aplicou-se bem como para todos os trabalhadores urbanos obrigatoriamente a carteira de trabalho; conseqüentemente no mesmo período elaborou o sistema de previdência social normatizando o ofício da mulher e do menor, efetivando o direito a férias (1934) (RIBEIRO, 2007).

Foram regularizados os sindicatos em meados de 1940 juntamente com o imposto sindical. Tendo em vista que, em 1943 houve a efetivação das Leis Trabalhistas, com isso o ordenamento de várias leis antecedentes. Este decreto passou a comandar o universo do trabalho, nesse sentido a tutela social passou está pautado no quesito trabalho, onde conseqüentemente o amparo social prosseguiu sendo desenvolvido aos sujeitos que se encontravam em situação pauperizada referente ao sistema produtivo, por meio de atos de benevolência (RIBEIRO, 2007).

Ao longo dos anos de 1959 e 1960, a tutela social começou a ser atribuição da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Posteriormente em 1964, o Brasil ampliou-se em muitas esferas. Já no campo da política social, iniciou-se de maneira fraccionada, o que possibilitou uma dificuldade extrema no comando e domínio da situação (RIBEIRO, 2007).

Com base no final dos anos 70, a propagação do assistencialismo das políticas sociais passou a “reforçar a dimensão clientelista, com isso a abertura do sistema político pós-85 deixou transparecer, com maior nitidez, esta característica” (RIBEIRO, 2007, p.82).

A partir do ano de 1988, com a publicação da Constituição Federal, segundo Ribeiro (2007, p.82):

Em cada uma das áreas sociais (saúde, educação, assistência social e trabalho) operou-se um amplo processo de descentralização, com a ampliação da capacidade de decisão dos estados e municípios. Cada uma dessas áreas tornou-se direito do cidadão, o que evidenciou avanços na

universalização dos direitos sociais. A universalização garantiria a todos os brasileiros acessos iguais aos serviços sociais, independente de qualquer condição social.

A Carta Magna de 1988 estabeleceu a assistência social com uma definição de política pública consequentemente tornando-se seguridade social. Entretanto, sua legalidade passou a ser adquirida no ano de 1993, com a normatização da Lei Orgânica da assistência Social (LOAS), da qual a explicação encontra-se situado no capítulo I, artigo primeiro:

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Assim, o nível mínimo é obrigado a desempenhar o papel daquilo que se faz necessário onde, no entanto, seja capaz de garantir a carência primordial à dignidade humana. Conforme, Sposatti (2007, p.10 e 22):

Propor mínimos é estabelecer o patamar de cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir a todos os cidadãos. Trata-se de definir o padrão societário de civilidade. [...] A pior situação detectada não pode ser o mínimo social. Defendo que o mínimo deva ser um padrão básico de inclusão, e não de exclusão.

Todavia, para RIBEIRO (2007), no âmbito histórico de inserção da LOAS, a Assistência Social em determinados momentos desenvolviam atos de caridade por meio de clima religioso e não governamental, ou seja, em outros momentos executava estratégias políticas fortalecendo o vínculo de relevância clientelista.

Assim a LOAS mediante a Constituição Federal passa a ser uma política de cunho não contributivo que determina a garantia dos direitos e proteção, trazendo maior destaque a proteção da família, da infância, da velhice, entre outros. Essa norma tornou-se um feito para assistência social e para toda a população, especialmente para a classe trabalhadora, onde, no entanto, mesmo após anos de lutas e repressões conquista a garantia de direitos. Ainda que, inúmeras vezes, essa garantia não seja vigorada.

[...] a LOAS inovou ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, (portanto, não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia), ao apontar

a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais e com a participação da população. (COUTO, *et al*, 2011, p.31).

Ribeiro (2007, P.86) averiguou-se que, em meados dos anos 1990, a autarquia brasileira, no mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, teve início o processo de desvalorização do que havia sido conquistado, ou seja, a assistência social, nesse sentido a mesma passou a ser compreendida como uma despesa para o Estado. Deste modo, a regência federal vigente daquele período motivou a sociedade civil organizada a participarem da realização das políticas sociais de maneira que houvesse uma contenção nos gastos ao enfrentamento à pobreza. Neste sentido, relatou o autor, “houve a criação do programa comunidade solitária, mas sem relevância à assistência social como direito de cidadania. As ações continuavam sobrepostas, pulverizadas, descontínuas, sem impacto e sem efetividade”.

Ao longo de 2004, um atual padrão de coordenação da assistência social passando a ser entendido como política pública mediante a Política Nacional da Assistência Social, ou seja, estamos falando do Sistema Único da Assistência Social (SUAS). Através do SUAS conseguimos inserir o gerenciamento descentralizado, integrante e regionalizado, onde no entanto, as tarefas são obrigadas a realizar-se em companhia com os municípios, O Distrito Federal, os Estados e a União em que cada pessoa aliada reconhece o compromisso diante à assistência social (RIBEIRO, 2007).

A população destinada a Política Pública de Assistência Social são os sujeitos que se deparam em posição de perigo e vulnerabilidade social, tais como: pessoas com deficiência, desprezados pela situação de penúria, utilizadores de elementos psicoativos, pessoas que se encontram em situação de agressão, população em posição instável no campo trabalho, uma vez que se configura uma ameaça social e pessoal.

No mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva elaborou-se uma política social com medidas de enfrentamento à miséria, com o surgimento do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), encarregado pela gerência da Política Nacional de Assistência Social. Foi através do MDS, que a chefia de governo desenvolveu medidas estruturadas de conhecimento, com intuito de controle e avaliação com proposito de proporcionar um novo nível de

desenvolvimento no Brasil através da política de assistência social, ou seja, aplicando recursos que beneficiam o envolvimento da população na tentativa de melhorar o controle social e conseqüentemente a política.

Ribeiro (2007, p. 87) certificou-se que, com este vínculo de controle social de ações necessárias, possibilitou a criação de princípios emancipatórios visualizados no desenvolvimento da Política Pública.

Nesse sentido, diante da realidade contraditória e multifacetada, compreende-se que a Assistência Social tem avançado como Política Social Pública, estando suas ações amparadas por uma legislação inovadora e comprometida com a sociedade. Entretanto, esta legislação atua em movimento contrário ao da realidade, dificultando, deste modo, a legitimação social desta política no campo da realização prática de suas ações. Ainda reconhecidas com o estigma da ajuda, da filantropia e troca de favores na relação direta com os usuários dos serviços.

Todavia, em geral a política de assistência social persiste em ser confundida na contemporaneidade como caridade, auxílio e favorecimento político. O método para suspender esse problema ainda é novo e carece da compreensão da população e de uma supervisão sem que haja interrupção por meio de todos os sujeitos.

CAPÍTULO II - TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ORIGEM DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E O PROGRESSO DO BOLSA FAMÍLIA

2.1 ANTES DO SURGIMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Os Programas de Transferência de Renda foram criados em 1991 com a aprovação do projeto de lei nº 80/1991, que propõe a instituição do Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), em sessão de 16/12/1991 do senado federal de autoria do Senador Eduardo Suplicy do partido dos trabalhadores (SILVA; *et al.* 2007).

Teve início a proposta de interligar os Programas de Transferência de Renda no Brasil sendo adotado em municípios locais no Distrito Federal, Ribeirão Preto e Campinas, no ano de 1995.

O Brasil é herdeiro de uma situação histórica em que você tem uma larga parcela da população que não foi integrada ao mercado de trabalho isso significa uma condição de vida muito precária, nesse quadro o Estado destinar um auxílio para as pessoas que estão abaixo de uma renda mínima é uma condição necessária para que possa resgatar a pobreza histórica que infelizmente existe no Brasil.

O PGRM é considerado por analistas e críticos como insuficiente enquanto instrumento de combate à pobreza pelo caráter compensatório de uma política ex-post, não atacando as causas da pobreza e da desigualdade, portanto, incapaz de mudar a estrutura econômica geradora da marginalidade social e econômica. (Silva. Yazbek. Giovanni, p.54).

A ideia dos Programas de transferência de renda nasce de uma ampla discussão em relação à eficácia dos programas de combate à pobreza no início dos anos 90, o primeiro programa inicia-se em 1995 em Campinas São Paulo com o prefeito Magalhães Teixeira, tornando-se primário como programa de renda mínima municipal, tendo em vista, quase que no mesmo período um mês depois em Brasília o governador Cristóvão Buarque cria o Bolsa Escola, um programa considerado pequeno por que atendia aproximadamente 20 mil crianças e jovens onde estariam vinculados à educação, para receberem um valor monetário de renda as crianças que deveriam estar matriculadas e frequentando a escola, pois essa renda seria investida com as mesmas em período escolar.

[...] No contexto do sistema de proteção social, esses programas são entendidos como transferência monetária a famílias ou a indivíduos, transferência esta, na maioria dos programas, associada a exigências de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho [...]. (Silva. Yazbek. Giovanni, 2007 p.54).

A regência do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tinha como base nos anos 1980 a construção de um sujeito primordial voltado para a luta social visando êxito e desenvolvimento do país, o seu plano tinha como o suporte as experiências vivenciadas nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto do Estado de São Paulo, em instância municipal retorna-se ao debate da política de Transferência de Renda em 1995. No ano de 1996 elaborou-se o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) juntamente com o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Deu-se a partir de 1997, que a renda mínima estava relacionada ao PGRM ligado a educação resultando de uma posição legislativa do deputado Nelson Marchezan, do partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de São Paulo, partido esse do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, de acordo com Brito, Veras (2010).

Seguindo uma ordem cronológica dos fatos nesse sentido no ano de 2001, acontece o debate relacionado ao PGRM passando a ser moldado em Bolsa Escola, conseqüentemente cria-se o Programa Bolsa-Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação. A partir de uma conjuntura os Programas do Governo Federal implementaram de forma descentralizada as ações desenvolvidas nos municípios atendidos.

A administração do Presidente Lula estava voltada para minimizar as mazelas sociais, pois como o mesmo advém da classe dos trabalhadores deu ênfase ao social, ou seja, sabia qual era a realidade em que se encontrava grande parte da população.

No entanto, é a partir de 2003, no principio do mandato do presidente Luiz Inácio, que podemos constatar o início de uma mudança histórica em relação aos Programas de Transferência de Renda em nossa nação. Essa etapa é notada por avanços quantitativos, ou seja, principalmente, qualitativos em uma visão de uma Política Pública de Transferência de Renda, de amplitude nacional (Silva. Yazbek. Giovanni, 2012).

Por sua vez, a indicação de prioridade:

É o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, anunciada já no discurso de posse do presidente Lula, fazendo com que essa temática fosse considerada na agenda brasileira, partindo do pressuposto de que as políticas sociais são importantes mecanismos de enfrentamento à pobreza, desde que articuladas a uma política econômica que considere a redistribuição de renda no país, a valorização da renda do trabalho, geração de emprego, a proteção social do trabalhador, a inclusão de todos os trabalhadores formais ou informais, da cidade e do campo, num sistema nacional universal de Previdência Social; efetivação de reforma agrária e assistência ao trabalhador do campo, entre outras providências (Silva. Yazbek. Giovanni, 2007 p. 103 e104).

Combater a miséria e as desigualdades sociais é considerado um enorme duelo em nossa sociedade. Nesse sentido tentar vencer essa barreira necessita-se de políticas e programas que visem à garantia dos direitos sociais juntamente com a prática da cidadania. Sabemos que essas políticas são de cunho obrigatório do Governo Federal, dos estados, dos municípios e Distrito Federal em mesma proporção há uma necessidade da participação da sociedade civil.

O programa brasileiro, Bolsa Família (PBF), encontra-se alicerçado à Presidência da República, e também Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a miséria, elaborado pela Medida Provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003, sancionado pela Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regularizado pelo o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004. É um programa de transferência de renda que existe contingência, destinado a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o nosso território. Nesse sentido o PBF é considerado uma intervenção primordial de proteção social brasileira, encarregado em retirar milhões de famílias da extrema pobreza e miséria.

Portanto, existe uma contra partida da sociedade civil, ou seja, regras para que sejam cumpridas com o propósito de que as famílias se enquadrem no perfil do programa são elas: Na área da educação as crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem estar matriculadas em um estabelecimento regular de ensino, garantindo a frequência escolar de no mínimo 85% da carga horária mensal do ano letivo, informando sempre à escola em casos de impossibilidade do comparecimento do aluno à aula e apresentando a devida justificativa, Informar de imediato ao setor responsável pelo PBF no município, sempre que ocorrer mudança de escola e de série dos dependentes de 6 a 15 anos, para que seja viabilizado e garantido o efetivo acompanhamento da frequência escolar.

Sendo assim, na área da saúde, podemos começar os esclarecimentos pelas gestantes e nutrizes que devem estar inseridas no pré-natal e comparecer às consultas na unidade básicas de saúde mais próxima da residência, portando o cartão da gestante, de acordo com o calendário mínimo do Ministério da Saúde. Participar das atividades educativas ofertadas pelas equipes de saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável.

Para os responsáveis pelas crianças menores de 7 anos: Levar a criança às unidades de saúde ou aos locais de vacinação e manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde. Levar a criança às unidades de saúde, portando o cartão de saúde da criança, para a realização do acompanhamento do estado nutricional e do desenvolvimento e outras ações, conforme calendário mínimo do Ministério da Saúde (MDS.gov.br).

Para que as famílias sejam selecionadas, ou seja, beneficiadas com o programa, dispõe-se de um cadastro único mais conhecido como CadÚnico que é um mecanismo de identificação das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, aplicado por mais de 15 programas sociais como o Minha Casa Minha Vida e a Tarifa Social de Energia Elétrica dentre tantos outros, buscando assim a efetivação das melhorias nas condições de vida da população brasileira que se encontram em situação vulnerável.

[...] Dentre os diversos programas de transferência de renda existentes, foram incluídos na unificação os Programas Nacionais de Renda Mínima vinculado à Educação “Bolsa Escola”; de Acesso à Alimentação – PNAA; de Renda Mínima vinculado à situação – “Bolsa Alimentação”; de Auxílio Gás. O PBF integra a estratégia de combate à pobreza denominada FOME ZERO e se constitui um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, nas áreas da saúde e educação, dirigido às famílias em situação de pobreza [...] (Boschetti et al., 2013 p. 203).

A unificação e ampliação dos benefícios de transferência de renda são notórias na conjuntura, a cada semestre é dilatado o ingresso de grande parte da população ao Programa Bolsa Família, passando a ter grande importância no complemento de renda das famílias brasileiras haja vista que, os proventos não extrapolam um salário mínimo, por cada grupo familiar de acordo com essa pesquisa um dos principais objetivos é indagar aspectos da qualidade de vida dessas pessoas introduzidas no Programa Bolsa Família. Assim, buscamos compreender a performance do mencionado programa averiguando as prioridades dos usuários no

emprego do benefício analisando os impactos socioeconômicos do programa na vida da referida população.

Em contrapartida com essa ideologia Araújo (2007), destaca que é preciso ter clareza sobre os objetivos do PBF que não é somente reduzir a pobreza, mas que essa transferência de renda seja apenas um primeiro passo para uma etapa seguinte que é a inclusão socioeconômica dessas famílias, que só acontecerá através de investimentos por parte do governo, passando a criar condições e meios para que a população beneficiária se organize a ponto de superação de seus problemas, dando subsídios para alcançarem sua autonomia não só enquanto consumidor, mas como sujeito de direito inserido na sociedade, participativo a se desvincularem do PBF.

O programa é atribuído às famílias que sobrevivem em condições de pobreza, é um programa com condicionalidades, esses grupos familiares têm compromissos no âmbito da educação e saúde, é importante salientar também que se incentivam o retorno dos adultos analfabetos a escola.

Todavia, os critérios de focalização adotados por esses programas são muito restritivos pelo corte de renda, de meio ou quarto do salário mínimo per capita familiar, e por limitar, na maioria dos casos, o atendimento a famílias pobres com criança na faixa etária compreendida entre 6, 7 ou 15 anos de idade (SILVA; ET AL. 2007: p. 203).

Portanto, todos esses programas são entendidos como universais, mas podemos observar que não correspondem a toda população. Ou seja, selecionam os mais pobres dentre os pauperizados, entretanto não possui a competência de atender a toda essa população brasileira fragilizada.

2.2 INDÍCIOS NA MELHORIA DA CONDIÇÃO DE VIDA DA POPULAÇÃO BENEFICIÁRIA DO PBF.

O Bolsa Família é considerado o maior programa de transferência de renda em execução no Brasil, passando a assumir a centralidade do Sistema de Proteção Social. Foi constituído pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, alterado na lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, sendo regularizado pela resolução

nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Projetado enquanto política descentralizada, com finalidade de unificação de programas de transferência de renda, encontra-se no âmbito da Estratégia Fome Zero, conduzidos através dos seguintes propósitos:

- a) Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar;
- b) Promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram (Brasil/MDS,2006).

Com a evolução do contexto histórico em que estamos vinculados observamos um nítido avanço no que diz respeito as nossas políticas, ou seja, estamos atrelados à carta magna de 1988. Podemos afirmar que a mesma se apresenta como mola propulsora no ponto de vista de evidenciar nossos direitos e deveres, onde os mesmos estão regulamentados em lei na perspectiva de se efetivar a equidade para com os cidadãos. Dessa maneira, está proclamado no Art. 7º da Constituição Federal que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (BRASIL, 1988).

Como podemos observar o preceito citado acima, detalha de forma clara o direito a um salário mínimo ao cidadão fruto do seu trabalho que seja digno de suprir as necessidades básicas suas e de seus familiares, mas sabemos que na prática esses direitos tais quais estão vigorado em lei, não se efetiva como deveria ser de fato. Nessa circunstancia o nosso teto salarial encontra-se instituído no valor de R\$ 788,00 reais uma vez que, o mesmo não nos possibilita alcançar todas as suas qualidades que lhe foram atribuídas, como por exemplo: educação, saúde, lazer etc. Portanto, esse que chamamos de mínimo está muito a quem do que poderia nos proporcionar, compreendemos dessa forma, que nos encontramos em uma situação difícil de sobreviver com esse valor estipulado acima, imaginamos então, as dificuldades que são para a população que sobrevive com muito menos.

Tomando como ponto de partida, as milhares famílias que fazem parte do programa bolsa família, que em sua grande maioria se sobressaem com até menos de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo. O PBF possui a promessa de resguardar o grupo familiar, acolhendo as famílias excessivamente pobres, com renda per capita de até R\$ 77,00 independentemente de sua estruturação e da idade dos integrantes da família, e famílias pobres, com renda per capita mensal de R\$ 77,10 e R\$ 154,00, desde que possuam gestantes, nutrizes ou crianças e adolescentes entre 0 e 17 anos.

Podemos dizer que existe benefícios vinculados à criança e adolescentes de 0 a 15 anos que são chamados de benefícios variáveis que são destinados às famílias com renda mensal de até R\$ 154,00 por pessoa e que possuam crianças ou adolescentes de 0 a 15 anos de idade em sua constituição, podemos ressaltar que os benefícios variáveis estão definidos no valor de R\$ 35,00 cada um podendo ser até cinco membros por família.

Como bem sabemos na cartilha do MDS existem também alguns atrelados a gestantes, nutriz e aos adolescentes para que esses benefícios sejam repassados no caso de gestante é necessário o diagnóstico pela área de saúde no intuito de repassar as informações estabelecidas no sistema bolsa família na saúde, já no quesito do benefício variável para nutriz é destinado a grupos familiares com renda mensal de até R\$ 154,00 por cidadão e tenham crianças com idade entre 0 e 6 meses na sua composição familiar, com o propósito de corroborar com a alimentação do bebê, mesmo no fato em que o bebê não resida com sua genitora, são destinados o parcelamento em seis prestações desde que a criança esteja inserida no cadÚnico até o sexto mês de idade.

Assim, os proventos destinados aos adolescentes estão fixados em lei no montante de R\$ 42,00 reais podendo ser até dois adolescentes por grupo familiar sendo pago aquelas famílias que possuem renda mensal de até R\$ 154,00 pessoa e que existam em sua constituição familiar adolescentes entre 16 e 17 anos, em contra partida faz-se necessário ter frequência escolar de 85% das crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos de idade e de 75% para jovens de 16 e 17 anos, todo mês, ou seja, essas condicionalidades estão interligadas à área da educação.

Porém na área da saúde os sujeito são orientados a levarem as crianças menores de 7 anos para atualização do esquema vacinal encarregado pelas estratégias de saúde da família desenvolvendo as atividades de pesagem e medição com intuito de executar uma auditoria do crescimento e desenvolvimento dos

sujeitos, tendo em vista também o acompanhamento de gestantes que necessitam do comparecimento a unidade de saúde para realização das consultas do pré-natal.

Todavia, para (SILVA; LIMA; 2008), podemos compreender que além dessa transferência monetária que são destinadas as famílias em situação de vulnerabilidade, proporcionam ao mesmo passo um progresso no que diz respeito na alimentação dessa população, observamos assim um importante auxílio das necessidades vitais da composição familiar, ou seja, o PBF possibilita a evolução de atividades complementares mediante vínculo com outros programas de natureza organizacional, especialmente nas áreas da educação, da saúde e do trabalho.

De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, MDS (2012), o programa é elencado em três aspectos relevantes a superação da fome e penúria: a transferência de renda proporciona a minimização da pobreza; as condicionalidades contribuem para a aquisição aos direitos sociais básicos no âmbito da educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares determinam a evolução das famílias, de forma que essa população específica consiga se sobressair da situação de vulnerabilidade.

Segundo o MDS, existem dados atualizados recentemente do referido programa que nos informa que o mesmo já possibilitou o atendimento de 13,3 milhões de famílias até o mês de dezembro de 2011, com o propósito de atingir 13,8 milhões de famílias até dezembro de 2013 (MDS, 2012). Em se tratando de economia podemos ressaltar que em 2011, o Programa Bolsa Família, “repassou mais de R\$ 1,5 trilhão” (MDS, 2012, p. 10), o que minimizou em 89% a situação de extrema pobreza das famílias beneficiárias em um total de 36 milhões de pessoas tendo em vista 50 milhões de beneficiários do programa.

De acordo com o Ipea (2013), a cada R\$ 1 investido no programa incentiva o crescimento de R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB), gerando um retorno de R\$ 2,40 no custo final das famílias, ou seja, a cada R\$ 1 aplicado na economia do país, há um retorno de 140% sobre o total investido, sendo assim, os mais R\$ 1,5 trilhão investidos no decorrer do programa, gerou um retorno de R\$ 3,6 trilhão para a economia do Brasil durante os dez anos.

Conforme, a Secretária Nacional de Renda e Cidadania (SENARC), consta-se no sistema da mesma, dados atualizados desse ano de 2015 vigente, referente ao programa bolsa família, quanto à quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), essa análise foi realizada por região, ou seja,

na localidade do Norte do país encontram-se cadastradas 2. 722. 346 (Dois milhões setecentos e vinte dois mil trezentos e quarenta e seis) famílias inscritas, detalhe: cadastradas não quer dizer que sejam contempladas pelo o programa uma vez que essas famílias aguardam sua vinculação ao PBF no intuito de receber o montante do benefício.

Segundo dados coletados, o território que possui a maior concentração de inscritos no Brasil se chama Nordeste com a quantidade de 11. 149. 029 (Onze milhões cento e quarenta e nove mil e vinte nove) famílias inscritas, na região Sudeste encontram-se 7. 960.359 (sete milhões novecentos e sessenta mil trezentos e cinquenta e nove) inscritas no CadÚnico, já na região Sul as referências apontam para um público alvo de 2. 726. 910 (dois milhões setecentos e vinte seis mil e novecentos e dez) famílias vinculadas à lógica vigente, enquanto no Centro-Oeste existem em torno de 1. 924. 992 (Um milhão novecentos e vinte quatro mil e novecentos e noventa dois) famílias inscritas.

Acima descrevemos a quantidade de famílias inscritas no CadÚnico divididas por região, nessa perspectiva resolvemos demonstrar de uma forma mais clara e simples a quantidade de beneficiários e os valores em reais que são repassados por região através de uma tabela que nos possibilita compreender a magnitude do PBF na vida das famílias que se encontram na extrema pobreza.

Quantidade	Repasse em reais R\$
Centro-oeste: 723.302	568.375.329
Sul: 935.294	719.855.673
Norte: 1.652.592	1.586.980.808
Sudeste: 3.468.713	2.692.172.582
Nordeste: 6.952.891	6.083.519.950
Brasil: 13.732.792	Total: 11.650.904.342

FONTE: Secundária, 2015.

Até agora podemos exibir dados obtidos pelo o SENARC, isso em escala bem mais ampla onde há a distribuição por localidade na questão de quantidade de famílias inscritas de beneficiários que recebem, como também os valores repassados, dessa forma, se faz relevante informar os dados do nosso município, ou seja, Juazeiro do Norte-CE possui 25.517 (Vinte cinco mil quinhentos e dezessete) famílias beneficiárias uma vez que, o MDS repassa o montante de R\$ 19. 990. 582 (Dezenove milhões novecentos e noventa mil quinhentos e oitenta dois) reais para a cidade citada acima, com o proposito de minimizar a situação de vulnerabilidade social que se encontra o município.

2.3 IMPACTOS REFERENTE AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA ATENUAÇÃO DA POBREZA DAS FAMÍLIAS BREVE ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO REFERIDO PROGRAMA.

É necessário ressaltar antes de tudo que a concepção de família tratada na lei que gerou o Programa Bolsa Família (Lei Nº 10.836/04). A norma referida conceitua que o quesito família é “a unidade essencial possivelmente acrescida por outros sujeitos que contenham laços de parentesco ou de compatibilidade, que concebam um conjunto familiar, vivendo sob o mesmo amparo e que se sustentam pelo auxílio de seus integrantes” (BRASIL, 2004). Deste modo, o início que explica a formação do grupo familiar relaciona-se à condição de moradia sob um mesmo teto, isto é sua concepção não se encontra atrelado basicamente na subsistência de consanguinidade, considerando, portanto a relevância de conexão que podem ir além de elementos exclusivamente biológicos.

Observamos nesse sentido uma marca positiva, tendo em contrapartida uma variedade no conjunto familiar que perpassa a contemporaneidade, dos quais o parentesco não se é definidos através apenas de laços, assim como afetividade, visto que a família pode ser compreendida como um ambiente de zelo e proteção social. Nessa ótica é necessário considerar as análises realizada através de alguns autores tendo em vista o impacto na vida de milhares de beneficiários mediante ao programa bolsa família.

Com intuito de verificar essa impactação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) publicou em 2005 uma análise a respeito da relevância do programa nos municípios do território nacional.

Segundo Brasil (2005), foi constatado que a região com o maior número de beneficiários encontra-se no Nordeste com aproximadamente 61,9% contendo por sua vez os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse sentido podemos observar que a região Sudeste apresenta 19,1% de famílias que fazem parte do programa, assim o Norte detém 8%, tendo em vista assim que o Centro Oeste dispõem de 2,4% conseqüentemente possuindo um dos menores índices de beneficiários está à região Sul com apenas 1,4%.

O resultado observado na região Nordeste é, antes de tudo, reflexo da situação de pobreza em que vivem os habitantes de seus municípios, mas também do fato de o Bolsa Família nela ter iniciado – certamente contemplando um conjunto significativos das famílias necessitadas (BRASIL, 2005, p.24).

Podemos observar a importância que o referido benefício representa para essas famílias agregadas ao programa, visto que se converte em uma condição de subsistência, detalhe importante é que na maioria das vezes esse benefício se determina como única fonte de renda dessas famílias, nessa circunstancia podemos considerar o clima e o ambiente da Região Nordeste que é preponderantemente enxuto, havendo ciclos de seca que atormentam toda uma população que em grande parte tenta sobreviver da agricultura.

É fundamental tentar compreender a enorme desigualdade que percorre todas as regiões brasileiras tomando como ineficiente o desenvolvimento o desenvolvimento econômico, contudo existem certas regiões como, por exemplo, a Sudeste, tornaram-se economicamente superiores devido à implantação de indústrias e comércios até internacional.

Portanto podemos relatar alguns pontos positivos do programa bolsa família, que até hoje colabora para redução das desigualdades em nosso país, chegando a ter as referidas famílias uma perspectiva de ingresso no mercado de trabalho (WEISSHEIMER, 2006).

Já que o Bolsa Família auxilia na renda da população que se encontra em extrema pobreza, é necessário compreender que por si só o programa não é capaz de reduzir as desigualdades em larga escala, visto que grande parcela das famílias pauperizadas ficam fora do perfil do programa mesmo estando em situação de vulnerabilidade devido a renda exigida de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.

É essencial entender que para ter ingresso ao referido programa é exigido do grupo familiar que se cumpra algumas regras em contra partida do recebimento do benefício, a título de exemplo realizar matrícula tendo como primordial a frequência de crianças e adolescentes se tratando de educação, já na área da saúde há uma necessidade de acompanhamento nas consultas do pré-natal, como também o monitoramento da vacinação juntamente com o peso e altura visando o desenvolvimento dos mesmo, dando ênfase a inexistência de exploração do trabalho infantil no ambiente familiar (BRASIL/MDS, 2012).

Conforme afirma, Weissheimer (2006), para a elaboração de políticas de transferência de renda que pretendem converter a situação de vulnerabilidade no país se faz necessário mencionar algumas diretrizes:

- Uma busca incessante maior igualdade de oportunidades para que a capacidade de cada um sejam utilizadas produtivamente;
- Uma política educacional que promova uma acelerada expansão quantitativa e qualitativa da escolaridade da população, com plena atenção à redução das desigualdades educacionais;
- Amplo acesso ao trabalho por meio da geração de postos de qualidades [...];
- Construção de um sistema tributário socialmente mais justo;
- Reforçar a rede de proteção social, tornando-a ainda mais eficaz no combate a pobreza e à desigualdades e mais eficiente no uso dos recursos a ela destinados(WEISSHEIMER, 2006, p.90).

Neste caso, é necessário adequar e vincular as políticas sociais que estão destinadas a minimizar as desigualdades no intuito de promover uma melhor saúde, educação, trabalho, assistência social e previdência social constituindo um complexo de proteção social, visando intermediar os serviços oferecidos à população buscando uma melhor qualidade de vida para a população brasileira em geral.

É importante salientar, conforme Souza e Monnerat (2010), que a ótica do grupo familiar é analisar os encarregados pelos proventos onde os mesmo ficariam responsáveis de cuidar e responder pela efetivação das regras vinculadas ao benefício e conseqüentemente a família.

Todavia, Souza e Monnerat (2010) confirmam a importância das ações que destina-se a auditoria familiar. Portanto, essas atividades não podem se dar em uma ótica fiscalizadora, ou seja, devem atuar com objetivo de garantir que os direitos da população possam de forma concreta serem efetivados, proporcionando as famílias o ingresso a rede de proteção social. Dessa forma, para que possamos garantir a real intenção do programa e com ele a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários é preciso possibilitar o acesso as mais variadas políticas integrando-as.

É imprescindível entender a utilidade do benefício para as famílias conforme Weissheimer (2006). O referido autor relata a fundamental utilização dos proventos, ou seja, apontam que os gastos estão voltados principalmente para alimentação, nesse sentido existe a compra de alimentos necessários para a sobrevivência do grupo familiar sendo considerado o ponto crucial no uso do benefício.

A análise que reflete o pensamento do autor está atrelado realmente ao montante do benefício e se o mesmo é capaz de suprir a segurança alimentar das famílias beneficiadas, essa crítica está vinculada as famílias em extrema pobreza, tendo em vista que a alimentação é o fator de prioridade, nessa proporção não podemos esquecer que existem outros princípios fundamentais que possibilitam uma vida digna como, por exemplo, medicamentos, transporte, material escolar, aluguel, material de higiene, lazer e impostos.

Conforme Weissheimer (2006) aponta que existem outros pontos positivos no programa bolsa família como a melhoria no poder de compra das famílias beneficiárias, frequência escolar e redução na exploração do trabalho infantil. Podemos perceber que as condicionalidades alicerçadas ao programa vêm colaborando positivamente mesmo que de uma forma sutil, ou seja, possibilitando as famílias a terem acesso a certos subsídios que antes não tinham nem previsão antes mesmo da implantação do programa.

Dessa forma, compreendemos que as políticas sociais buscam alterar as taxas de desigualdade tendo em vista que essa política de transferência de renda abrange o sentido de redistribuição, da nossa riqueza socialmente produzida. Compreendendo de uma forma macro essa situação, necessitamos que essa políticas não sejam apenas de cunho paliativo e sim desenvolvidas no sentido de garantir melhorias para a população brasileira, onde de fato sejam evidenciadas e efetivadas como direitos regidos na constituição.

O profissional de Assistência Social vinculado aos programas do Governo Federal, dando destaque ao PBF é o responsável que desenvolve seu trabalho no sentido de provocar uma mudança no indivíduo, no cumprimento dos direitos e ampliação dos mesmos. É um sujeito capacitado com suas bases alicerçadas no Teórico-Methodológico, técnico-Operativo e ético-político.

Em razão da Lei 8.662 de normatização da profissão, estabelecem competências do profissional Assistente Social:

III – encaminhar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do serviço social participação da Sociedade civil: VI – planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais: XI – realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de Benefícios e serviços sociais junto a órgãos de administração pública Direta e indireta empresas privadas e outras entidades (CFESS, 2011, p.44).

Em conformidade com Gazotto (2011) o trabalho desenvolvido no fazer profissional do Assistente Social proporciona uma aproximação com a prática vivenciada pelos os beneficiários do PBF mediante visitas in lócus. É através dessas ações desenvolvidas, que o profissional poderá entender melhor a realidade em que se encontram, determinadas famílias atendidas pelo o programa, tendo em vista a precariedade onde há uma carência de direitos e principalmente de falta de informação que percorre todo o processo histórico da população.

O PBF apesar de ser um Programa de Transferência de Renda possui uma ótica em atender de imediato as necessidades básicas do grupo familiar que se encontram em situação de vulnerabilidade social, por meio de suas condicionalidades ofertam o acesso a saúde, educação e a vários cursos profissionalizantes que irão atender as famílias beneficiárias. Podemos observar que por intermédio do cadastro único das famílias é que o profissional assistente social poderá intervir nas discursões em seminários planejando políticas sociais que venham melhor atender a população.

A Assistência social se definiu como política pública e responsabilidade do Estado a partir da publicação da LOAS no ano de 1993.

O SUAS altera radicalmente o modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social. Estabelece um pacto federativo entre a União, Estados Federal e Municípios, garantindo autonomias legais em regime de mútua colaboração institucional (VIEIRA, 2010).

Podemos relatar de acordo com estudos realizados por vários autores que o Assistente Social é o profissional no qual atua no convívio das famílias, através de um instrumental do serviço social que é a visita domiciliar, pois, mediante essa ação desenvolvida, possibilita uma aproximação da realidade vivenciada por cada sujeito do grupo familiar da população brasileira, podendo esse intermediar ações que venham efetivar os direitos dos cidadãos, através do aparato crítico da realidade que possui.

De acordo com Iamamoto (2004) o Serviço Social estabelece democraticamente o seu alicerce normativo, baseado na Lei que rege a profissão, podendo considerar as atribuições e competências da mesma onde, no entanto o código de ética nos possibilita o conhecimento dos direitos e deveres de atuação do profissional baseado na extensão do ser humano.

O reconhecimento da liberdade como valor ético central, que requer o conhecimento da autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; o posicionamento a favor da equidade e justiça social, que implica a universalização no acesso a bens e serviços e a gestão democrática; o compromisso com a qualidade dos serviços prestados na articulação com os outros profissionais e trabalhadores (IAMAMOTO, 2004, p. 184-185).

No ano de 2010, no uso de suas atribuições legais a Presidenta Dilma Roussef, possui como objetivo expandir a quantidade de famílias atendidas pelo o programa.

O acompanhamento às famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família deve ser feito preferencialmente aquelas que estejam em descumprimentos de condicionalidades, sejam pela ausência dos filhos à escola, ou pelo não acompanhamento da saúde, com a oferta de atividades complementares, como os grupos sócios educativos e os programas complementares, afim de que possam superar a situação de vulnerabilidade em que vivem, rompendo com o círculo da pobreza e garantindo uma melhora qualidade de vida para as gerações futuras (LOPES, LEHFELD, 2011, p. 5-6).

A população beneficiária do PBF recebe uma parcela mensalmente que ameniza sua condição pauperizada, contudo, para que essas famílias consigam sua independência econômica é importante ter acesso ao mercado de trabalho, ou seja, essa emancipação só acontecerá mediante a uma melhor qualificação caso esse, encontramos ainda hoje dificuldades devido à baixa escolaridade das famílias brasileiras.

CAPÍTULO III - ANÁLISE METODOLÓGICA DA PESQUISA

3.1 LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa em cerne foi desenvolvida no Estratégia Saúde da Família, localizada, na Avenida do Agricultor s/n no Bairro Palmeirinha UBS 02 na Cidade de Juazeiro do Norte-ce, onde a unidade básica de saúde atrelado à Secretária Municipal de Saúde – SESAU.

O Estratégia Saúde da Família institui a atenção básica e expressa-se como primeiro acesso da política de saúde, de modo que Juazeiro do Norte dispõe de vários equipamentos de saúde, possui 68 equipes de saúde compostas pelos os profissionais, médico, enfermeiro, técnico em enfermagem, odontólogo, técnico em saúde bucal, agentes administrativos e agentes comunitários de saúde – ACS, tendo em vista o monitoramento de um determinado grupo de famílias na busca da melhoria de vida das mesmas.

O local escolhido para realização da referida pesquisa se deu mediante a possibilidade do aglomerado de beneficiários do programa bolsa família se encontrarem na unidade básica de saúde citada acima, devido as condicionalidades que estão vinculados, ou seja, o acompanhamento do peso, altura, vacinação das crianças e adolescentes juntamente com as consultas de gestantes que fazem parte daquela área onde são beneficiários do referido programa, levando-se em conta também a dificuldade que seria encontrar beneficiários ou famílias disponíveis para coleta de dados.

Dessa forma, podemos dizer que o desenvolvimento da pesquisa ocorreu de forma tranquila dentro das circunstancias observadas, tendo em vista que os beneficiários em sua maioria a principio se encontravam apreensivos com algum tipo de receio em responder as minhas indagações propostas, ou seja, popularmente com medo que houvesse alguma complicação em seus benefícios ou até mesmo o corte, mas busquei uma maneira sutil em tentar obter a confiança dos mesmos para que colocasse minha atividade em prática, tendo em vista que isso só foi possível mediante parceria de uma colega ACS agente de saúde que me auxiliou dando ênfase que poderiam confiar, pois seria de uma enorme contribuição para o trabalho acadêmico pesquisado.

Portanto, podemos retratar que o estudo desenvolvido tem como foco central uma percepção sobre a realidade vivenciada por cada sujeito e famílias beneficiárias entrevistadas do programa bolsa família enquanto sua situação de vulnerabilidade social enquanto dependência ou emancipação do programa, ou seja, será que o Programa Bolsa Família atua de uma forma dependente para as famílias atendidas? Ou representa um suporte na perspectiva de melhoria de vida da população?

3.2 CONDUTAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

Para apresentar o preceito metodológico foram utilizados objetivos para conseguir obter as instruções que se remetem a essência de uma pesquisa científica acadêmica, de acordo com Gil (1999, p.23) descreve “O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas mediante o emprego de procedimentos científicos”, no qual a mesma teve o propósito de debater a problemática do Bolsa Família no quesito de dependência ou emancipação.

A conduta metodológica destina-se a sapiência dos caminhos e mecanismos usados na perspectiva de alcançar o resultado do estudo.

Compreende-se aproximadamente como metodologia um aglomerado detalhado e sequencial de métodos e técnicas científica a serem efetivados no decorrer de uma pesquisa. A sentença método científico, emprega-se com distintos significados, de modo que seu respectivo nome exhibe a metodologia na perspectiva de explicar distinguindo o saber da ciência mediante a outros tipos de conhecimento. A investigação científica requisita um nível de delimitação quanto ao grupo de métodos, técnicas e outras condutas científicas (Gil, 2008).

Procurou-se como técnica de suporte para produção desse trabalho de término de curso, a estratégia dialética, uma vez que, foi à única hábil de se fazer uma melhor análise da realidade.

A dialética fornece as bases para uma interpretação da dinâmica e totalidade da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa, torne-se norma. Assim, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se bastante das pesquisas desenvolvidas segundo a ótica positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos. (Gil, 2008, p.32)

Nesse sentido, esta pesquisa foi desenvolvida de modo quanti-qualitativa tendo como objetivo averiguar a atual realidade vivenciada pelas famílias beneficiárias do programa bolsa família, em uma ótica de percepção se há uma dependência por parte dos sujeitos ou uma emancipação dos mesmos na contemporaneidade que se perpassa.

O mecanismo utilizado para colher as informações, foi à entrevista, pois em conformidade com GIL:

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, como o objetivo de obter dos dados que interessa a investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mas especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. (2008, p. 117).

Desta maneira, a averiguação deu-se mediante uma entrevista com estilo padronizada, seguindo um enredo definido, com perguntas diretas e subjetivas, onde podemos compreender a própria fisionomia dos entrevistados, possibilitando uma maior autonomia para assimilar e discernir o conceito e linguagem dos sujeitos, o que veio colaborar com a pesquisa do objeto em estudo.

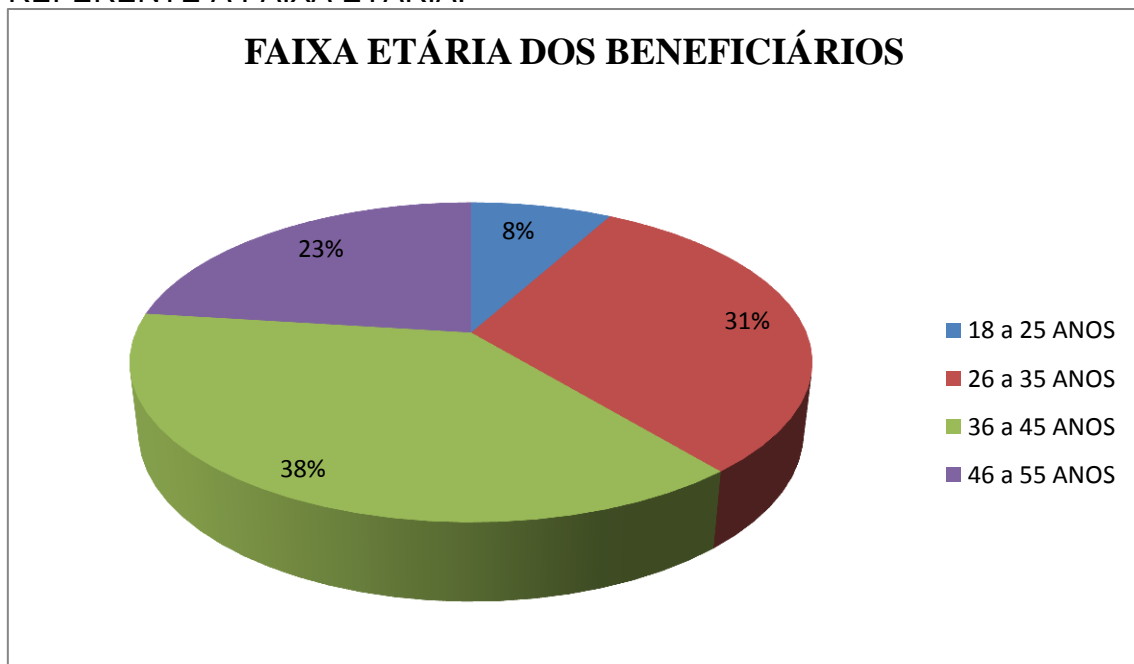
A interlocução foi executada no mês de Outubro de 2015 no Distrito Padre Cicero mais conhecido como Vila Palmeirinha na Cidade de Juazeiro do Norte-CE, especificamente na Estratégia Saúde da Família 02 localizado na Avenida do Agricultor s/n. Tendo como base os beneficiários do programa, que se apresentam com o papel de grande importância na obtenção das informações no intuito de enriquecer a pesquisa. Vale a pena ressaltar que os entrevistados assinaram o termo de Livre Esclarecimento, tendo em vista a concordância com os aspectos éticos da pesquisa.

3.3 AVALIAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS ELEMENTOS COLETADOS

A exposição dos frutos resultantes da pesquisa se deu através da coleta de dados executada, mediante compreensão e interpretação da temática obtida, podendo favorecer o debate de maneira clara alicerçada em bases teóricas fundamentadas, por sua vez, acompanhado pelo questionário proporcionou um rumo adequado para a referida pesquisa.

De acordo com o que foi exibido, no princípio deste estudo, podemos relatar os frutos autênticos dessa análise, onde, no entanto realizou-se com 13 beneficiários do Programa Bolsa Família, no mês de Outubro de 2015 na cidade de Juazeiro do Norte-CE, com objetivo de averiguar e compreender a situação de vida dos sujeitos numa percepção de dependência ou emancipação onde se encontram vinculados ao programa. Dessa forma, podemos conceituar como desfecho da pesquisa realizada a partir do conteúdo discutido.

GRÁFICO 1 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS REFERENTE À FAIXA ETÁRIA.



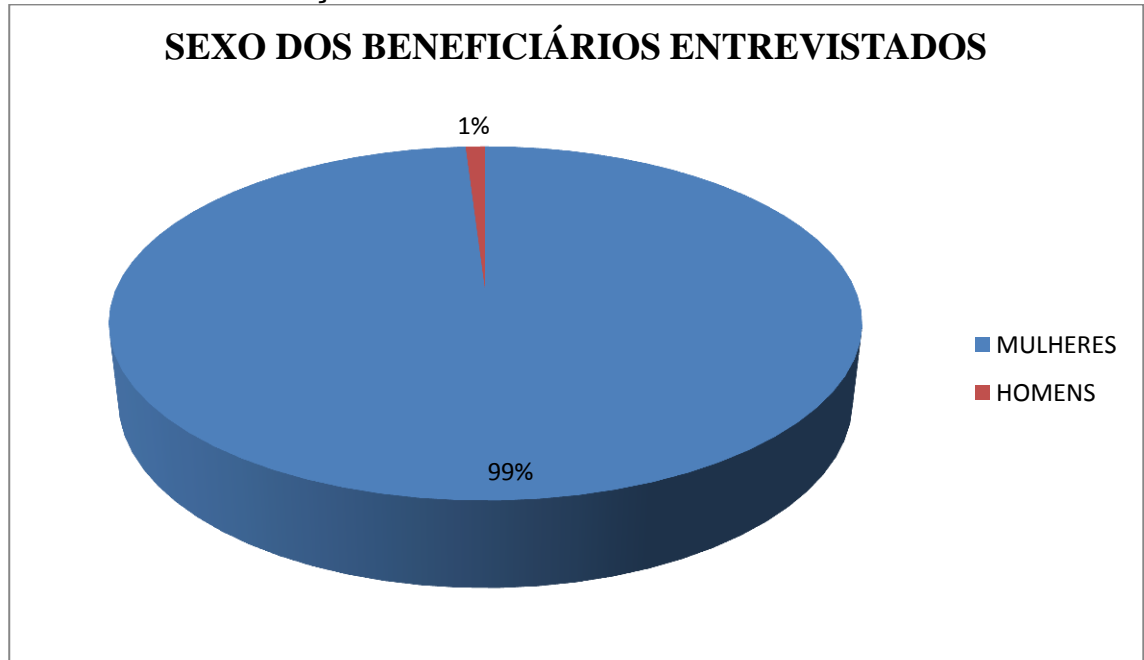
FONTE: Primária, 2015.

Conforme o gráfico mencionado acima, classificado como diagrama 1, procurou-se esboçar representação dos beneficiários entrevistados no que diz respeito a idade. Dessa forma pelo o que foi evidenciado na pesquisa compreendemos que 8% possuem de 18 a 25 anos, onde 23% têm entre 26 e 35 anos, sendo que a maior porcentagem encontra-se na faixa etária de 36 a 45 anos com 38% e com 23% notam-se os sujeitos com idade de 46 a 55 anos.

Conforme apresentado, entendemos que a maior parte dos beneficiários entrevistados são aqueles com faixa etária de 36 a 45 anos, consequentemente sucessivo beneficiários com idade avançada de 46 a 55 anos.

Através de informações obtidas mediante as entrevistas, podemos observar que a faixa etária predominante referente aos beneficiários do programa bolsa família é de 38% com 36 a 45 anos.

GRÁFICO 2 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE ACORDO COM SEXO.

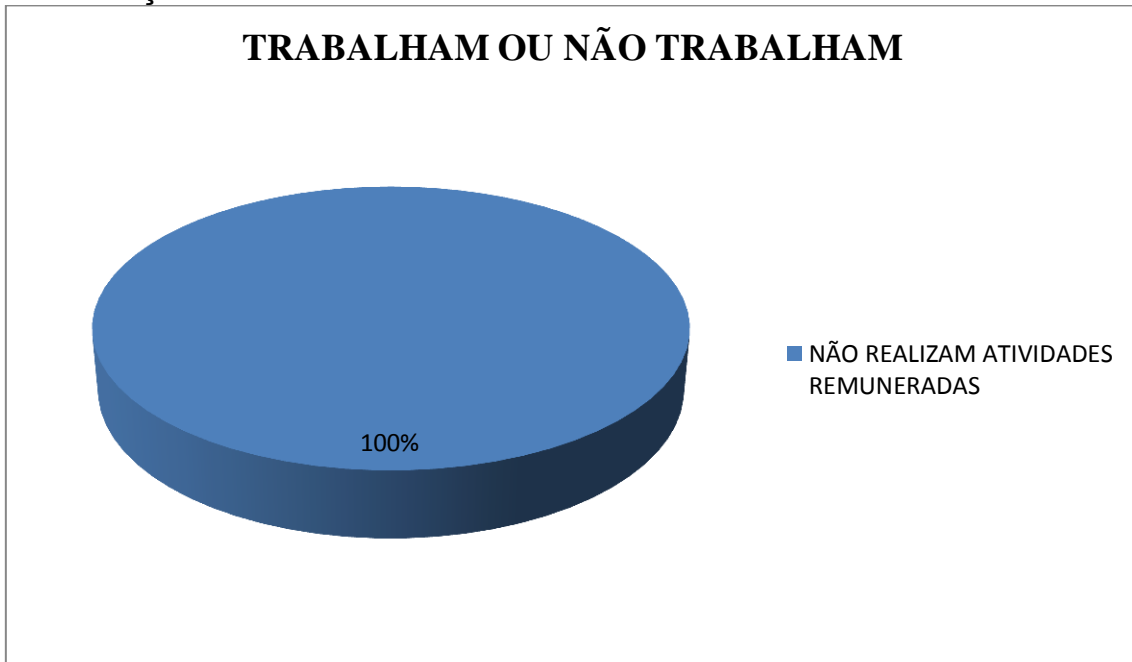


FONTE: Primária, 2015.

O gráfico 2 está relacionado a amostra por habitantes mediante o sexo, feminino e masculino, constatando nitidamente que 1% equivale ao público masculino enquanto em sua maioria dos entrevistados 99% são do sexo feminino. Dessa forma, podemos ressaltar que a maioria dos RF, ou seja, o responsável familiar do programa bolsa família é predominantemente do sexo feminino, uma vez que, são as mulheres que ficam encarregadas referente a criação, educação dos filhos, onde no entanto a mulher se encontra mais atenta aos cuidados da família com maior zelo e dedicação.

O cadastro deve ser feito em nome do Responsável pela Unidade Familiar (RF). Essa pessoa deve prestar as informações da família. O RF pode ser qualquer membro da família maior de 16 anos e que tenha título de eleitor ou CPF. Recomenda-se que essa posição seja ocupada preferencialmente por uma mulher (BRASIL/MDS, 2006).

GRÁFICO 3 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REFERENTE REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE REMUNERADA OU NÃO.



FONTE: Primária, 2015.

O diagrama 3 acima, aponta 100% de adesão dos beneficiários a categoria que não exercem uma atividade remunerada dessa forma, caracteriza-se uma amostra da população entrevistada em que se encontra em situação de vulnerabilidade social, necessitando de um suporte na perspectiva de melhoria de vida dos mesmos, porém é importante retratar que 100% dos entrevistados são do sexo feminino, ou seja, em sua grande maioria realizam atividades do lar onde sua remuneração não se evidencia de fato, nesse sentido estão atrelada ao contexto histórico de que a mulher deve ficar em casa cuidando da casa e dos filhos, onde o homem busca outros meios.

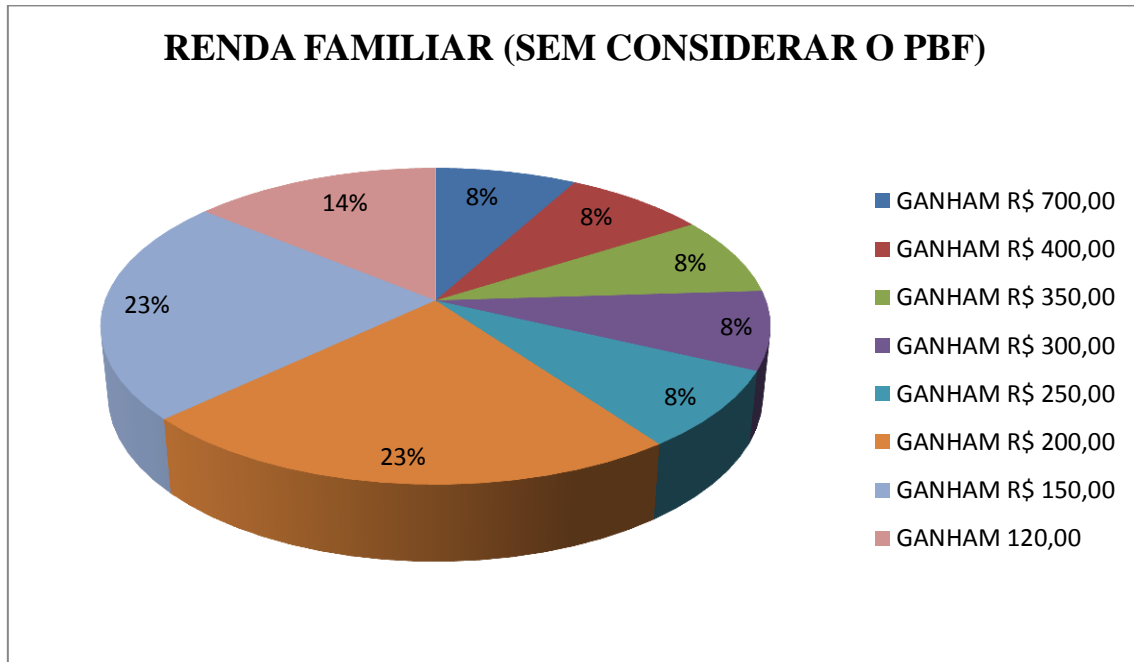
GRÁFICO 4 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS REFERENTE À QUANTIDADE DE PESSOAS POR DOMICILIO.



FONTE: Primária, 2015.

Pelos elementos compreendidos no gráfico acima, podemos visualizar que 8% dos beneficiários entrevistados possuem em sua composição familiar 2 pessoas, em uma segunda porcentagem existem 8% de famílias que há inserção de 3 pessoas, identificamos também um percentual de 8% com a quantidade de 6 pessoas por residência, observamos também que 23% dos entrevistados possuem em seu seio familiar 4 membros, contudo, a maior quantidade de pessoas por domicílio nessa pesquisa corresponde 53% num total de 5 integrantes.

GRÁFICO 5 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DE ACORDO COM A RENDA FAMILIAR SEM CONSIDERAR O PBF.



FONTE: Primária, 2015.

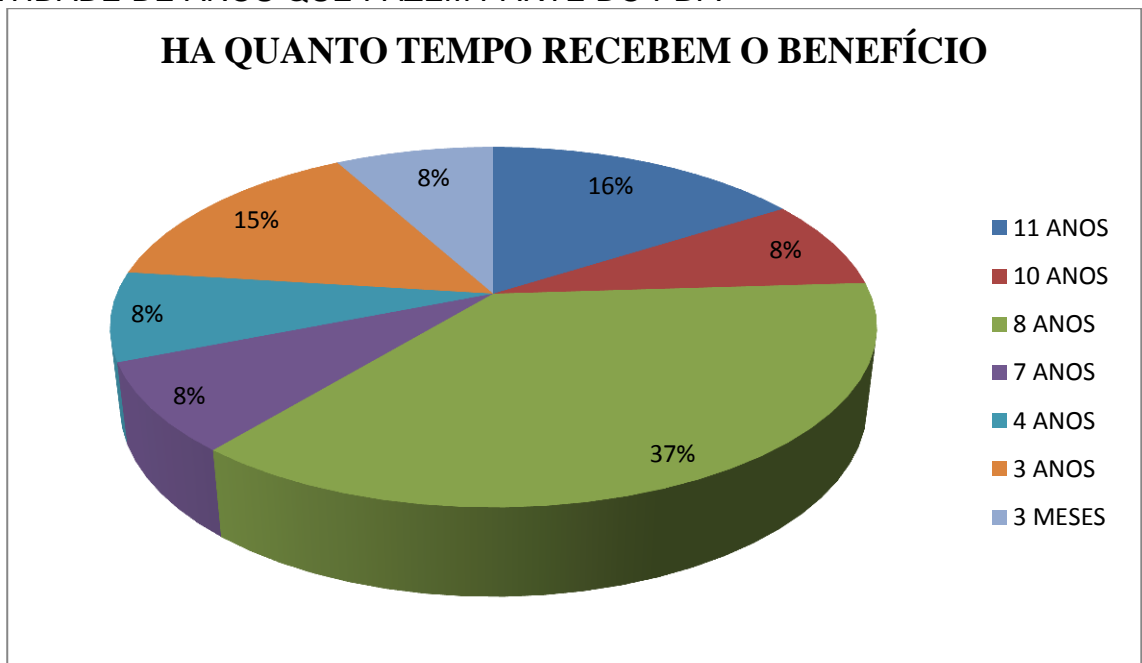
De acordo com o gráfico acima, nomeado como gráfico 5, esforça-se em traçar o perfil dos beneficiários entrevistados quanto a renda familiar sem considerar o benefício do PBF. Conforme análise realizada podemos citar um percentual de 8% para famílias que se subsiste com o valor de R\$ 250,00 reais mensais adquiridas através de bicos isso sem considerar o benefício do PBF, também se faz presente essa mesma porcentagem de 8% para famílias que sobrevivem com aproximadamente R\$ 300,00 reais mês, visualiza-se com 8% as famílias que possuem R\$ 350,00 reais para as despesas mensais, com igualmente esses 8% há famílias que adquirem renda de R\$ 400,00 reais e 8% conseguem obter por volta de R\$ 700,00 reais.

Pelos os dados contidos no gráfico é importante ressaltar que existe uma gama de famílias que sobrevivem com valores ainda menores do que os citados acima como, por exemplo, 14% dessas famílias entrevistadas vivem em extremas dificuldades com apenas R\$ 120,00 reais, 23% das mesmas possuem renda de R\$ 150,00 reais e mais 23% contam no seu orçamento o valor de R\$ 200,00 reais.

Dessa forma pelo o que foi exibido podemos dizer que a renda das famílias brasileiras encontram-se diversificadas nos mais variados valores, onde, no entanto há algumas famílias que sobrevivem com valores insignificantes, ou seja, seguindo a logica do capital observamos que uma minoria detém o poder e fortunas enquanto a

maioria da população encontram-se em uma condição pauperização em situação de vulnerabilidade social, vivendo abaixo dos mínimos sociais básico regulamentados por lei.

GRÁFICO 6 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REFERENTE À QUANTIDADE DE ANOS QUE FAZEM PARTE DO PBF.



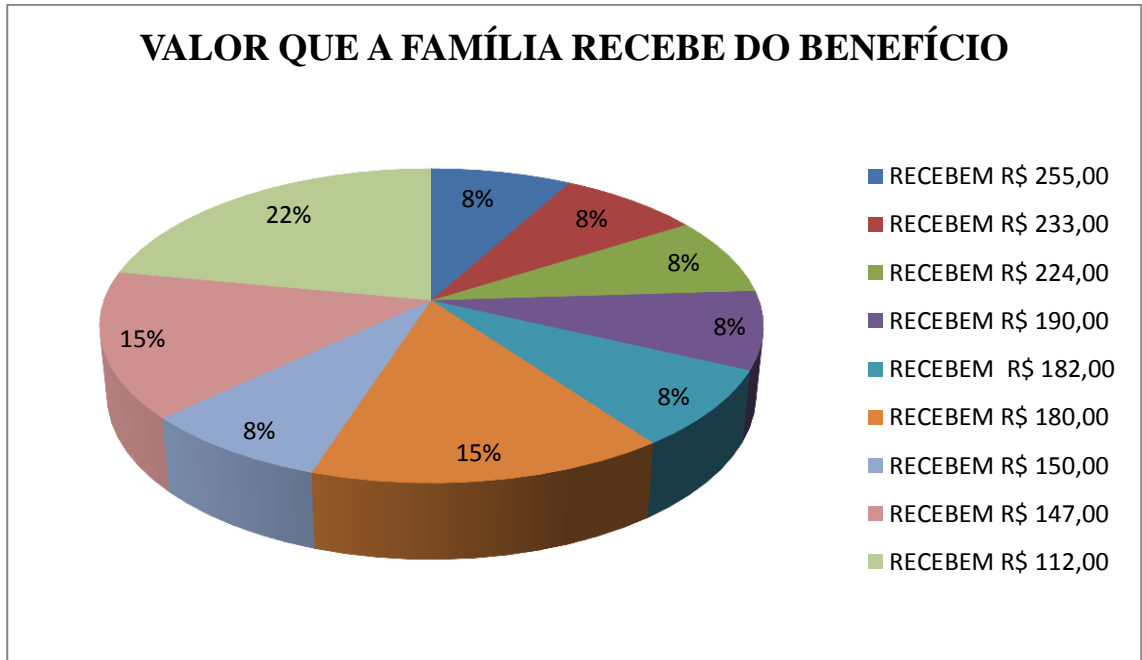
FONTE: Primária, 2015.

O gráfico em referência traz uma abordagem sobre os dados coletados mediante a quantidade de anos de permanência por parte dos beneficiários no programa bolsa família. Segundo dados coletados podemos relatar que 8% das famílias entrevistadas fazem parte do programa há 03 meses, essa mesma porcentagem de 8% se repete com as famílias que fazem parte do programa a 4 anos, os mesmos 8% estão vinculados as famílias que estão a 7 anos no programa, ainda existe 8% dos entrevistados que recebem o benefício a 10 anos, ou seja, quase o surgimento do programa.

Com isso cerca de 15% das famílias mediante aplicação da pesquisa estão engajadas no PBF por volta de 3 anos, há uma porcentagem de 16% dos entrevistados que estão no programa desde o início do mesmo, ou seja, isso só vem a confirmar que o programa não se tornou um suporte para uma superação da pobreza e sim tornou-se uma dependência agravando cada vez mais a situação das desigualdades da nossa sociedade e por ultimo a porcentagem de 37% para o publico alvo que estão atrelado ao programa a 8 anos. Dessa forma, exibimos

nitidamente no gráfico que a situação de vulnerabilidade ocasiona uma dependência por parte do programa, assim é mais decorrente do que a tal emancipação do ser social.

GRÁFICO 7 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS REFERENTE AO VALOR QUE RECEBEM DO BEBENEFÍCIO.

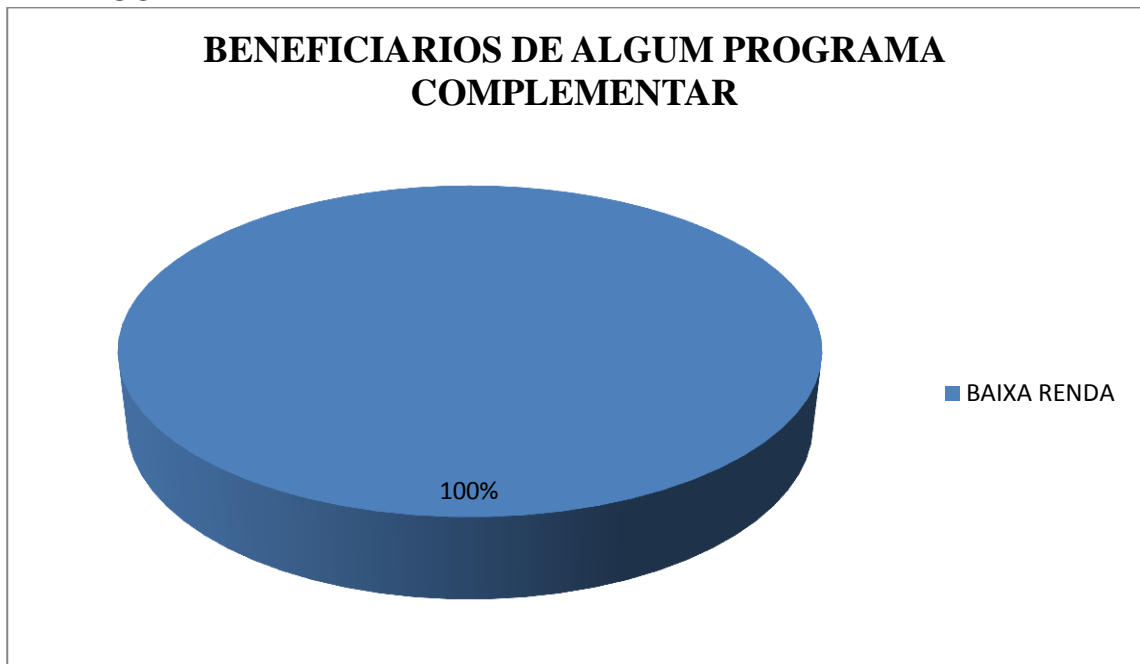


FONTE: Primária, 2015.

Pela análise dos elementos coletados no gráfico, visualiza-se que 8% da população entrevistada recebem o montante de R\$ 150,00 reais. A porcentagem de 8% se encontra vinculada aos beneficiários que recebem R\$ 182,00 reais mensais, 8% recebem R\$ 190,00 reais, 8% ganham R\$ 224,00 reais, 8% passam a receber R\$ 233,00 reais, e essa mesma porcentagem que se repete de 8% ganham R\$ 255,00 reais na perspectiva de adquirir os mínimos básicos.

De acordo com o diagrama acima 15% das famílias beneficiárias recebem do programa de transferência de renda R\$ 180,00 reais enquanto outros 15% ganham do PBF R\$ 147,00 reais, observamos que através da pesquisa desenvolvida 22% das famílias entrevistadas, no caso em sua maioria recebem R\$ 112,00 reais que são interpretados pelos os próprios beneficiários de uma quantia pequena, mas de grande importância principalmente na vida daquelas famílias que em sua maioria possuem o benefício como única renda, na tentativa de suprir, ou melhor, de amenizar a situação de extrema pobreza que aflige nossa sociedade.

GRÁFICO 8 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REFERENTE A OUTRO PROGRAMA COMPLEMENTAR.



FONTE: Primária, 2015.

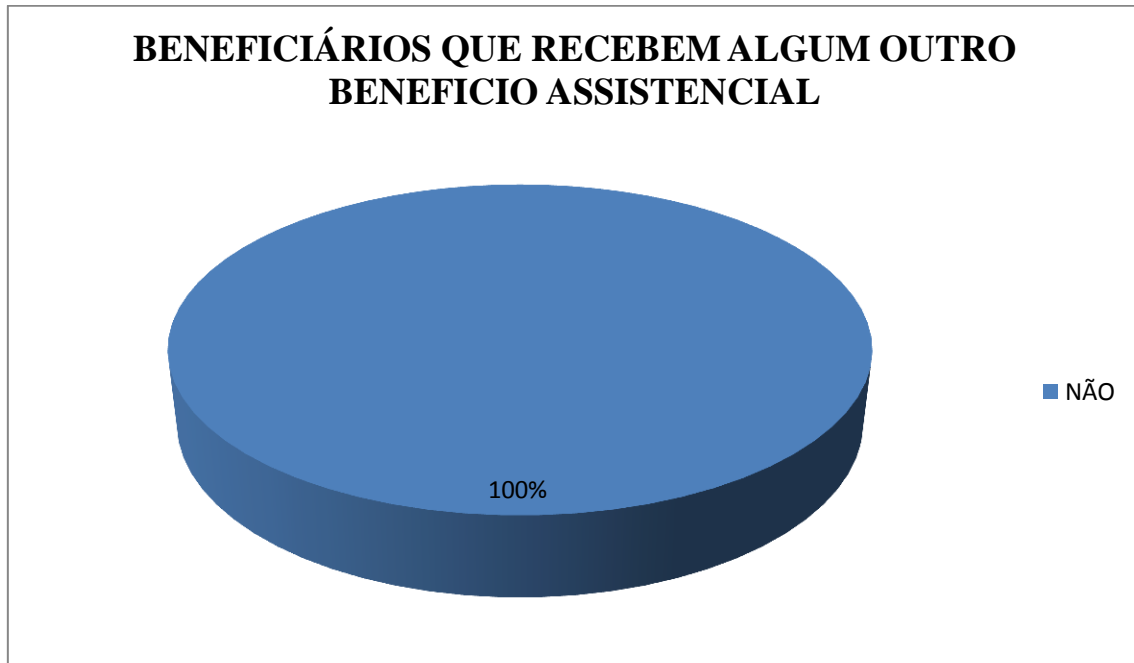
De acordo com os elementos do gráfico acima, podemos verificar que 100% dos beneficiários entrevistados fazem parte de outro programa complementar muito conhecido, chamado de tarifa social baixa renda que é destinada aos beneficiários que se enquadram no perfil do programa, garantindo uma redução no valor a ser pago da conta de energia, gerando assim uma economia, dessa forma, esse valor pode ser reaproveitado em outras necessidades do dia a dia da família brasileira.

As unidades consumidoras residenciais que possuem direito a tarifa social de energia elétrica são aquelas que consomem até 80 kWh mensais; e os que consomem de 80 até 220 kWh, desde que estejam aptos a receber benefícios de programas sociais para baixa renda do governo federal. A tarifa social foi estabelecida pela lei 10.438/2002 e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pelas Resoluções 246/2002; 485/2002; e 253/2007. Os descontos na conta de luz vão de 10% a 65% (SENARC, 2015).

Porém, para se obter o desconto da baixa renda da energia, é preciso que a família beneficiária esteja inscrita no CadÚnico para Programas Sociais e que possuam rendimento mensal em até meio salário mínimo por indivíduo. Grupo familiar com renda mensal de até três salários mínimos tem direito ao programa, contanto que haja familiares em tratamento de saúde domiciliar que necessite uso de equipamentos hospitalares, portanto, se faz indispensável exibir um atestado

médico comprovando a condição de saúde do paciente e um detalhamento do período de uso desses aparelhos. É importante ressaltar que as famílias que contenham algum beneficiário do BPC (Benefício de Prestação Continuada) possuem o mesmo direito ao desconto do referido programa.

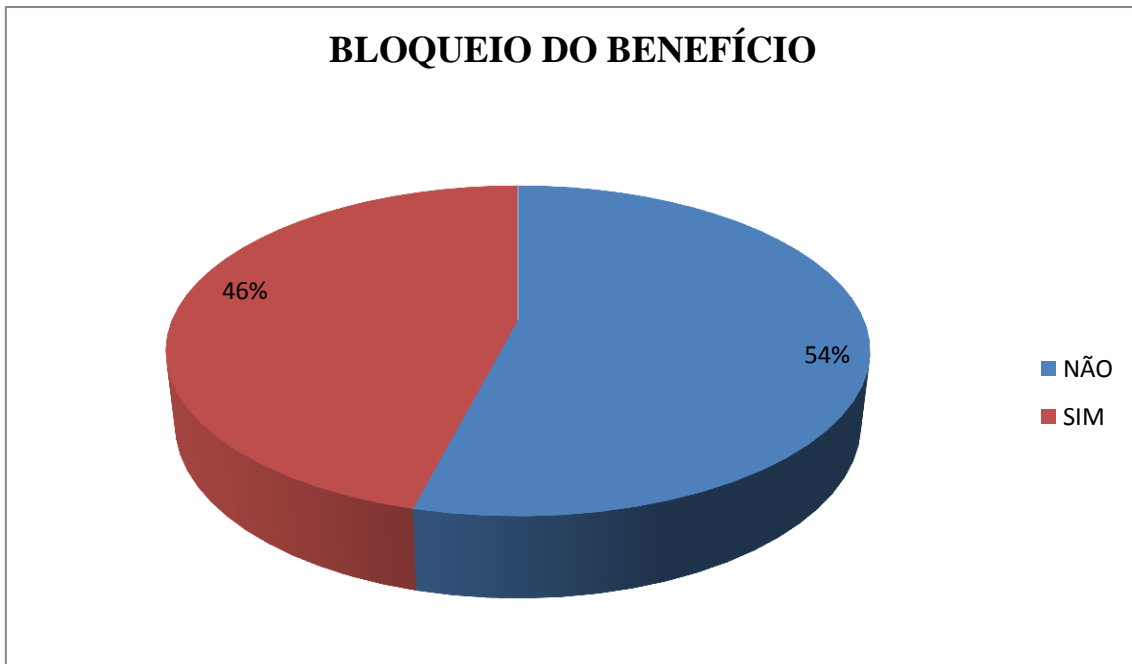
GRÁFICO 9 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REFERENTE A ALGUM OUTRO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL.



FONTE: Primária, 2015.

Pela análise dos dados compreendidos no gráfico, podemos visualizar que 100% dos submetidos pela entrevista, afirmaram que não recebem nenhum outro benefício assistencial, ressaltando assim, que essas famílias beneficiárias dispõem apenas do programa bolsa família, onde em sua grande maioria representam como única fonte de renda e em outras ocasiões buscam implementar seus proventos através dos chamados “bicos” pois como sabemos o montante do PBF não se faz suficiente para a manutenção de vida dos mesmos.

GRÁFICO 10 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS MEDIANTE BLOQUEIO DO BENEFÍCIO, LEVANDO EM CONSIDERAÇÃO SE HOUVE ALGUM MOTIVO.



FONTE: Primária, 2015.

De acordo com o gráfico acima, 46% dos beneficiários entrevistados afirmam ter existido algum tipo de bloqueio em seu benefício e quando indagamos se saberia o motivo dessa restrição, os mesmos relataram que havia vários motivos tendo em vista, cada um com sua particularidade.

Podemos exemplificar aqui alguns dos motivos relatados pelos os beneficiários que ocasionaram o bloqueio do seu benefício como, por exemplo, transferência de domicílio, bloqueio pelo o próprio sistema do PBF, por causa da renda, visita de rotina não ter localizado endereço, mas em sua maioria por meio de denúncias feitas por terceiros, relatando uma realidade que não existia daquela família onde, no entanto só prejudicaria os mesmos, mas com a atuação do profissional assistente social foi constatado a realidade adversa no sentido de veracidade dessa família beneficiária.

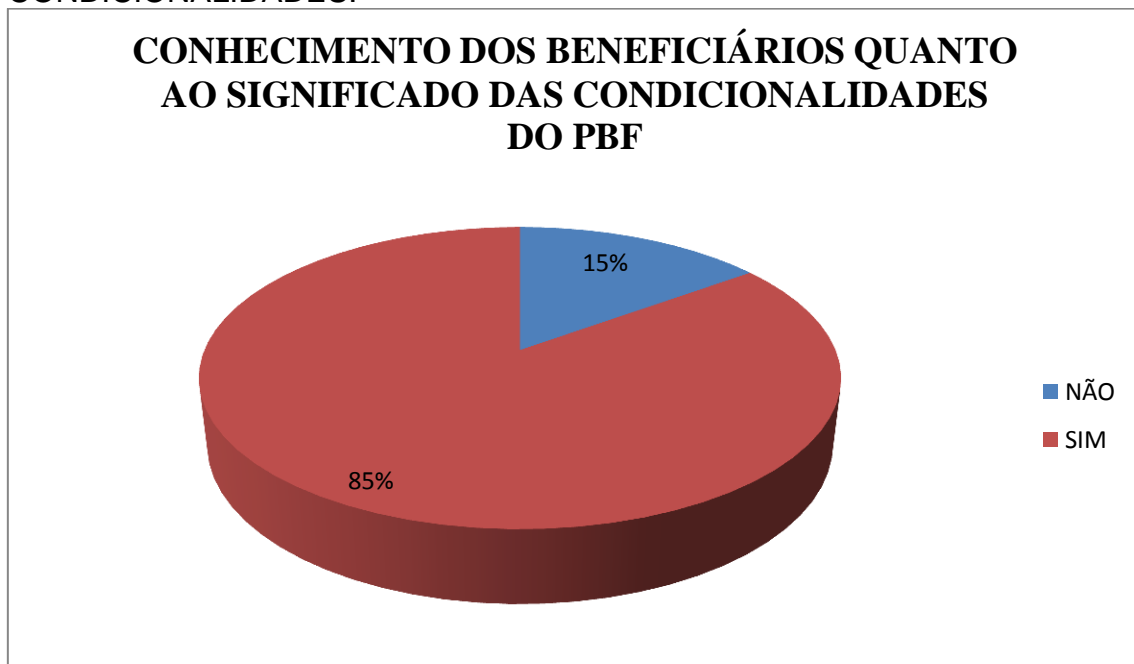
Nessa perspectiva é de grande importância à ação da instrumentalidade do serviço social na forma de visita domiciliar, ou seja, o assistente social se apresenta de forma qualificada, favorecendo uma mediação minuciosa, por meio de pesquisa da realidade social do sujeito, age na elaboração, efetivação e análise dos serviços,

programas e políticas sociais que destinam-se a conservação, proteção e expansão dos direitos humanos juntamente com a justiça social.

A visita domiciliar é um dos instrumentos que potencializa as condições de conhecimento do cotidiano dos sujeitos, no seu ambiente de convivência familiar e comunitária. As visitas domiciliares “tem como objetivo conhecer as condições em que vivem tais sujeitos e apreender aspectos do cotidiano das suas relações, aspectos esses que geralmente escapam as entrevistas de gabinete” (MIOTO, 2001, p.1480).

Contudo, os outros 54% de entrevistados que o gráfico exhibe, afirmam “graças a Deus nunca ter sido bloqueados”.

GRÁFICO 11 – CLASSIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REFERENTE AO CONHECIMENTO DOS MESMOS RELATIVOS AO SIGNIFICADO DAS CONDICIONALIDADES.



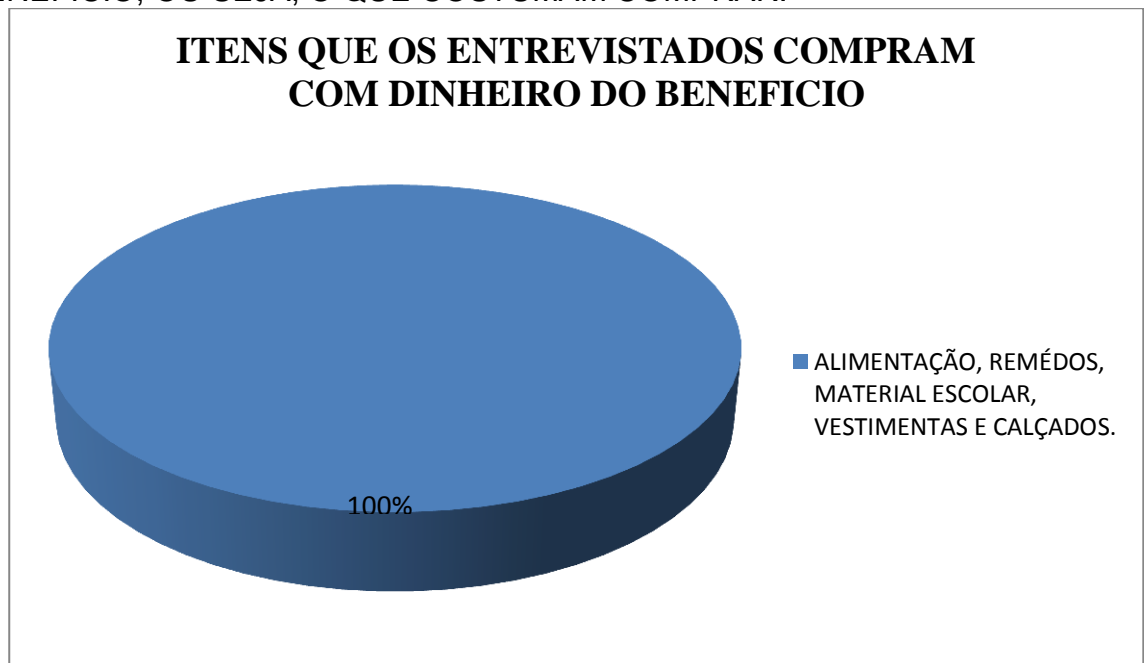
FONTE: Primária, 2015.

Pela análise dos dados composto no gráfico acima, podemos visualizar que 15% dos beneficiários entrevistados não souberam responder a seguinte pergunta: Você sabe o que significa condicionalidades?

Compreendemos assim, que esse percentual de famílias estão vinculados ao programa bolsa família sem nem ao menos saber quais são as regras do mesmo, nessa perspectiva há uma necessidade de que haja uma melhor comunicação com os gestores para com a população pois se faz nítido que existem um déficit de conhecimento nesses sujeitos que ficam a mercê da sociedade.

Já os outros 85% dos beneficiários souberam responder a indagação proposta mediante o conhecimento que possuíam, até relataram que as principais condicionalidades estão vinculadas a atualização do cadastro a cada dois anos, frequência escolar das crianças e adolescentes e o acompanhamento de saúde da família na unidade básica de saúde.

GRÁFICO 12 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REFERENTE AO USO DO BENEFÍCIO, OU SEJA, O QUE COSTUMAM COMPRAR.

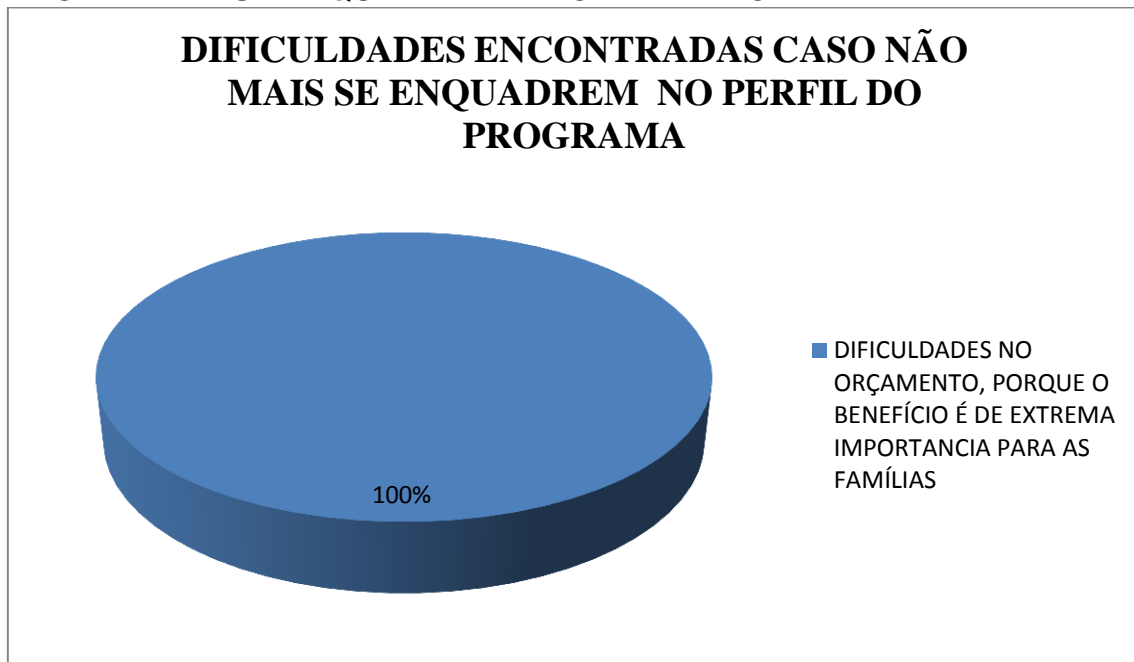


FONTE: Primária, 2015.

O gráfico em referência traz uma abordagem de 100% dos beneficiários mediante atividade desenvolvida no estudo realizado, que os mesmos usam com maior cautela o benefício tendo como meta a superação das maiores dificuldades do dia a dia.

Com os valores em espécie, em mãos, os RF relataram que costumam comprar com o dinheiro do benefício: alimentos, remédios, material escolar, calçados e vestimentas para as crianças. Pelo o menos até onde observamos e coletamos os dados podemos dizer que o benefício está sendo bem utilizado, mas sabemos também que há circunstâncias totalmente adversas como, por exemplo, alguns RF encontram-se separados ou até mesmo em convívio familiar com o cartão em posse retirando o benefício sem repassar ou utiliza-lo a quem é de direito.

GRÁFICO 13 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS CASO NÃO VENHAM SE ENQUADRAREM NO PERFIL DO PBF.

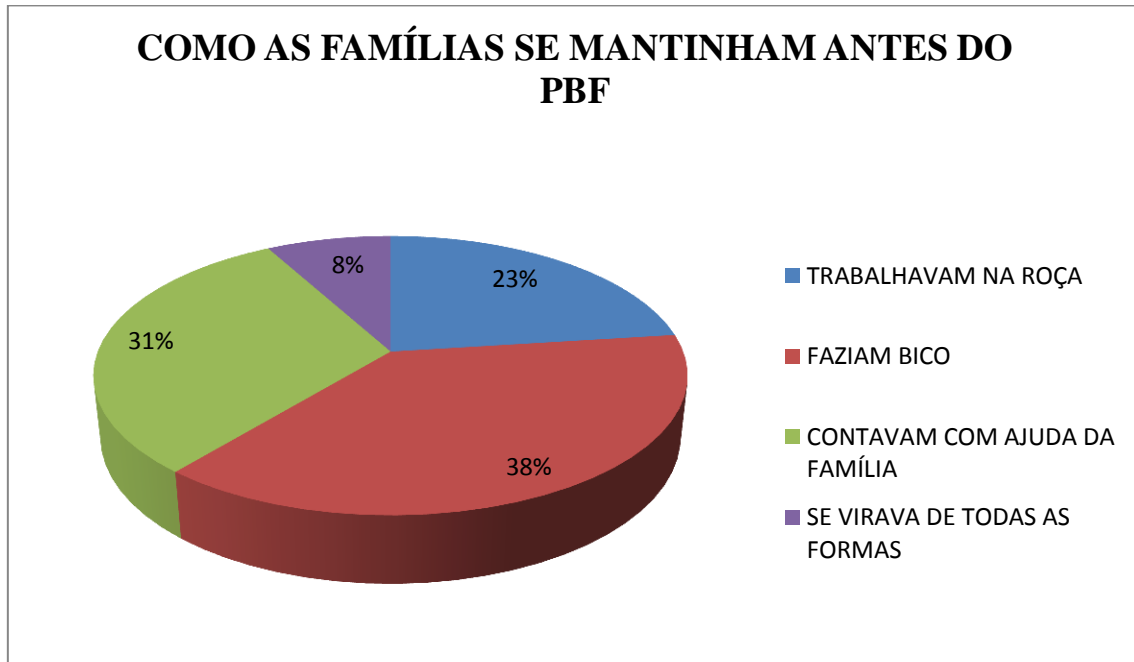


FONTE: Primária, 2015.

De acordo com o gráfico acima, 100% dos beneficiários entrevistados puderam relatar que se um dia chegarem a não se enquadrarem mais no perfil do programa, caberia apenas à lamentação por parte dos mesmos, pois afirmam que sem a presença do benefício em seu cotidiano agravaria mais ainda a situação de vulnerabilidade social, ou seja, extrema pobreza.

Nessa ótica observamos que, realmente a maioria da população beneficiária do PBF encontra-se alicerçada em uma perspectiva de dependência devido a inúmeros fatores que contribuem para uma real emancipação, dessa forma podemos dizer que se trata de uma questão estrutural que perpassa todo o contexto histórico da nossa sociedade.

GRÁFICO 14 – CLASSIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS QUANDO NÃO POSSUÍAM O BENEFÍCIO.



FONTE: Primária, 2015.

Pela análise dos dados contidos no gráfico, visualizamos que 8% dos entrevistados relataram que se virava de todas as formas, enquanto 23% trabalhavam na roça, com isso 31% disseram que para sobreviver era necessária a ajuda por parte dos familiares, portanto, a maioria dos indagados nessa análise que chega a 38% ressaltaram que faziam “bicos” na busca de obter o que chamam de grosseiro, ou seja, o básico dos básicos para a sobrevivência da família em si.

GRÁFICO 15 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS REFERENTE À OMISSÃO DE INFORMAÇÕES COM O PROPÓSITO DE PERMANECER NO PBF.

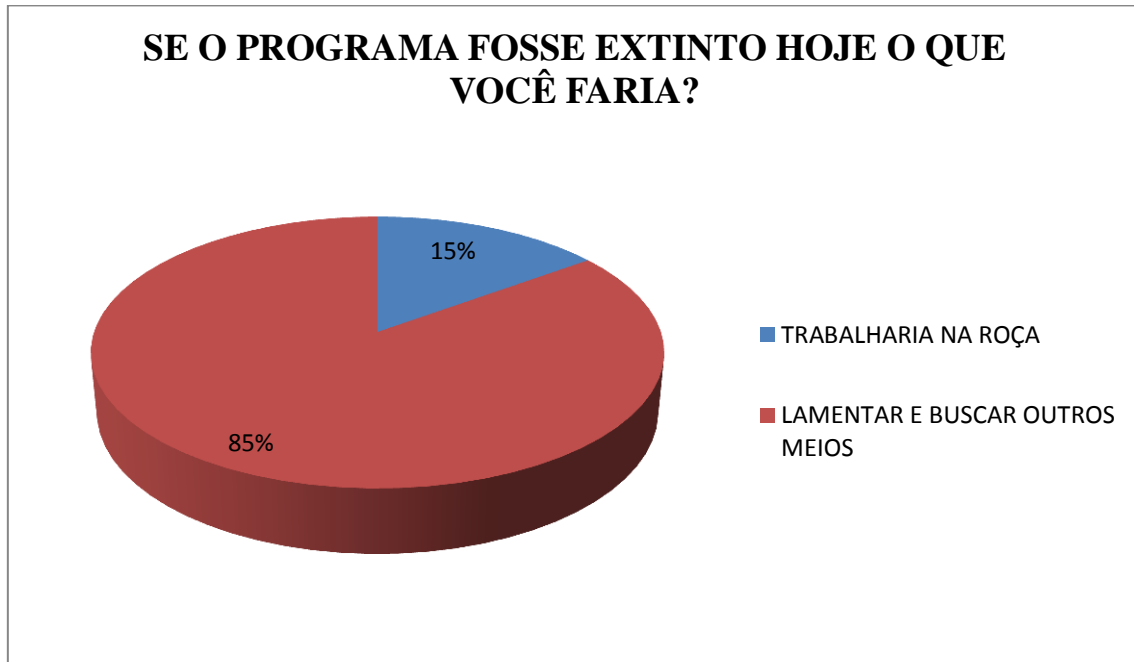


FONTE: Primária, 2015.

Pelos os elementos obtidos no gráfico acima, configura-se que 8% da população beneficiária do programa bolsa família necessitou alguma vez omitir informações com intuito de permanecer no PBF, um fato interessante e ao mesmo tempo curioso mediante a toda essa situação é que uma das beneficiárias se viu obrigada a omitir uma informação dizendo que era separada devido o marido não lhe disponibilizar os seus documentos pessoais para que a mesma pudesse dar entrada em toda a burocracia de forma correta, que se faz necessário para a vinculação ao perfil do programa, podemos dizer que essa omissão por parte dessa senhora tornou-se verídico tendo em vista que atualmente permanece realmente separada.

De acordo com a pesquisa realizada o gráfico aponta que 92% da população que atualmente faz parte do PBF nunca necessitou omitir quais quer que sejam as informações.

GRÁFICO 16 – IDENTIFICAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS ENTREVISTADOS CASO VENHAM SER EXTINTO O PBF.



FONTE: Primária, 2015.

De acordo com o gráfico acima, podemos perceber que se o Programa Bolsa Família fosse extinto na contemporaneidade, haveria uma reviravolta em nosso país, pois sabemos que grande parte da população se mantém através do benefício repassado pelo o governo, vejamos que no diagrama demonstra que se realmente isso viesse acontecer 15% dos entrevistados voltariam a dedicar uma vida à agricultura, pois é a única atividade de que aprenderam de geração a geração, mas nos perguntamos num clima enxuto desses como produziriam e colheriam algo? Muito improvável essa atuação dos beneficiários, ou seja, o Governo teria que elaborar algo ainda melhor que o programa na tentativa de superação da fome e da extrema pobreza.

Mediante análise de dados, observamos que os 85% restantes de beneficiários entrevistados responderam que se o programa realmente acabasse iriam lamentar muito mas, iriam buscar outros meios como ajuda de parentes iriam realizar atividades chamadas de “bicos” tendo em vista que os mesmos já sobreviviam antes mesmo do benefício existir ou dos próprios fazerem parte do programa, seria dificultoso pois como disseram é “um pouco, que ajuda muito”.

3.4 ANÁLISE DAS FALAS.

Relativo à indagação qualitativa ao beneficiário entrevistado, há quanto tempo você é beneficiário (a) do PBF:

E. 1: “Há 8 anos mais ou menos”.

E. 2: “Acho que a 10 anos, faz muito tempo”.

E. 3: “Desde que surgiu o programa se não me engano, mais ou menos uns 11 anos”.

Averiguando as falas acima, analisamos que grande parte dos submetidos a entrevista, afirmam que fazem parte do programa bolsa família basicamente desde os primórdios do mesmo, ou seja, são 8, 10 e 11 anos engajados no programa e não houve uma emancipação dessas famílias em alcançar um patamar acima, no quesito melhoria na condição de subalternidade, dessa forma, observamos assim que há uma necessidade de reflexão por parte dos nossos governantes.

Pergunta ao beneficiário, já houve algum bloqueio no seu benefício do BF e qual motivo:

E. 1: “Não, graças a Deus”.

E. 2: “Sim, devido uma transferência de domicílio”.

E. 3: “Sim, denuncia que fizeram dizendo que nós tínhamos um carro, mas não era verdade”.

Analisando os relatos dos entrevistados acima, percebemos que os beneficiários encontram-se em uma situação de pura dependência referente ao programa, compreendemos mediante a essa temática que o programa deveria ser proposto e desenvolvido como suporte para as famílias que estão em situação vulnerável uma vez que, esses sujeitos busquem algo melhor possibilitando a mesma oportunidade que tiveram um dia para aqueles que ainda não conseguiram, ou seja, que ainda vivem em condições sub humanas em nossa sociedade.

Referente à pergunta qualitativa ao beneficiário entrevistado, com o dinheiro do benefício o que você costuma comprar:

- E. 1:** “Compro alimentação, roupas e material escolar para as crianças”.
- E. 2:** “Costumo comprar alimentação, remédios e calçados para meus filhos”.
- E. 3:** “Pago a energia, compro frutas e material escolar para as crianças”.

A partir das falas acima, observamos que os beneficiários entrevistados utilizam o montante do benefício no pagamento da conta de energia na compra de material escolar, medicamentos e alimentação, dessa forma, temos como parâmetro uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Análise Social e Econômicas (IBASE), que apontam realmente que 87% da população gastam o dinheiro do benefício com cereais e até mesmo frutas e legumes, ou seja, ênfase na alimentação dos mesmos é importante relatar que os outros 13% são gastos com coisas supérfluas.

Nesse sentido, podemos descrever que o programa bolsa família trouxe benefícios para a população de extrema pobreza, onde, no entanto, precisa ser aperfeiçoado, é fundamental tentar manter e melhorar o programa, agregando outras políticas públicas aptas a solucionar os problemas como falta de saneamento básico e acesso ao mercado formal de trabalho, elementos esses que prejudicam a segurança alimentar.

Pergunta ao beneficiário, dentro das condições atuais se o programa acabasse hoje o que a senhora (o) faria:

- E. 1:** “Tinha que buscar outras possibilidades, fazendo bico. É um pouco que serve muito”.
- E. 2:** “Iria tentar trabalhar na roça e fazer faxina”.
- E. 3:** “Muito triste é um pouco que serve muito”.

Nos raciocínios apresentados pelos entrevistados, podemos compreender que o benefício é de grande importância para a população que se encontram em situação de vulnerabilidade social, é de grande aflição a possibilidade de extinção do

referido programa, uma vez que existem de fato, famílias que sobrevivem tendo como única fonte de renda benefício.

Contudo, se faz necessário refletir sobre essa problemática, visto que se realmente houver a probabilidade de não mais existir esse benefício, como seria para os milhões que possuem um déficit na educação e emprego muitos que vivem dependentes do poder público? Os nossos governantes possibilitaram a saída de grande parte dos sujeitos da extrema pobreza, mas esses mesmos são dependentes de políticas sociais oferecidas pela a instância maior regimentada.

Não há recurso extraordinário que consiga vencer essas mazelas que assombram nossa sociedade se não for mediante a realização do trabalho, uma busca na melhoria de vida de uma nação. É essencial lembrar que, a assistência precisa ser temporária e não gerar uma dependência, nessa perspectiva esses milhões devem subir de nível, buscando uma qualificação apropriada para que futuramente conquistem um trabalho digno de subsistência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos em Programa Bolsa Família expressamos uma ideia de um programa de transferência direta de renda, voltado às famílias em situação de pobreza em todo o país, com a perspectiva de superar a situação de vulnerabilidade das mesmas que se encontra nessas circunstâncias, o programa possui o dever de assegurar o direito à alimentação com acesso à saúde e educação, promovendo como objetivo o ingresso à rede de serviços públicos como a assistência social, dessa forma, através de dados atualizados, o MDS em todo o Brasil, contempla a quantidade de 13.732.792 famílias beneficiadas pelo BF.

Podemos relatar que o programa é de autoria de Governo e não de Estado, desse modo há uma certa dependência que é gerada pela própria condicionalidade de não conseguir um emprego automaticamente a pessoa será desligada e como neste atual cenário, a incerteza de quem tem baixa escolaridade, baixo poder aquisitivo, pouca capacitação torna-os vulneráveis perante a incerteza de empregos por via informal.

Sabemos, que apesar de todas essas melhorias que o programa vem proporcionando para as famílias beneficiárias em todo o país existem falhas, ou seja, precisamos compreender e analisar melhor a situação para que possamos exigir cada vez mais da nossa autarquia vigente, um desempenho correto e significativo buscando reduzir as desigualdades e mazelas sociais que atingem nossa sociedade.

Essa empreitada nesse trabalho objetivou uma discursão e uma precisa análise sobre a dependência e emancipação das famílias beneficiárias vinculadas ao Programa Bolsa Família (PBF). Nosso desejo é perceber a partir de uma ótica crítica tendo em vista que os nossos governantes estejam realmente empenhados em pelo menos minimizar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram grande parte da nossa população. Nesse sentido é importante ressaltar os avanços que já foram proporcionado pelo o PBF, ocasionando assim impactos positivos na redução da extrema pobreza.

Podemos dizer que é antagônico, mas não é. O primordial propósito do Programa Bolsa Família é rigorosamente conceber com que seus beneficiários deixem de ser especificamente dependentes do programa. Dessa maneira avaliamos essa tarefa em âmbito geral, ou seja, essa missão deve ser desenvolvida

em longo prazo e não apenas por um programa em particular. Proporcionar o progresso socioeconômico das famílias que estão em estado de risco alimentar, conseqüentemente poderiam elaborar mais postos de trabalho que resultariam em renda, dessa forma estaríamos restituindo ou até mesmo gerando uma dignidade apta em proporcionar algo que possa ser denominado de cidadania, ou melhor, sujeito de direitos.

Portanto, vale a pena ressaltar que o caminho mais obvio para a saída do Bolsa Família seria seguir passo a passo do que foi proposto acima, sabemos que o programa está para auxiliar os sujeitos e não torna-los dependentes de todo esse processo, precisamos apresentar uma gama de possibilidades para nossa sociedade, para que no final essas famílias possam caminhar com suas próprias condições de forma simples mas emancipadas.

REFERÊNCIAS

_____. **Código de ética do/a assistente social.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

ARAÚJO, Fernando A. S. **A Teoria Marxista Das Classes e da Luta de Classes.** 2007 https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/21/teoria.htm

BARROS, R. P.de, MENDONÇA, R. S. P. de. **Uma avaliação da qualidade do emprego no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 1995 (Seminários sobre Estudos Sociais e do Trabalho, 1/95).

BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social no Capitalismo: Tendências Contemporâneas.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, **Caderno de Orientações e Legislação do Programa Bolsa Família e Cadastro Único: Informações importantes para a gestão municipal.** Brasília/DF, 2013.

BRASIL. Constituição, Brasil (1988). 2. Emenda constitucional, Brasil. 3. Revisão Constitucional, Brasil. I. Título.

BRASIL. **LEI ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – LOAS.** Lei 8742, de 07.12.1993.

BRASIL. SENARC-Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Dados.** Brasília: MDS, 2015. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=56 Acesso em novembro de 2015

BRASIL. SENARC-Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Dados.** Brasília: MDS, 2015. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=293 Acesso em novembro de 2015

BRASIL. SENARC-Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Dados.** Brasília: MDS, 2015. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi-data/METRO/metro_ds.php?p_id=293&p_ibge=23&p_geo=0 Acesso em novembro de 2015

BRASIL. SENARC-Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Tarifa social de energia elétrica.** Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico/programas-usuarios/acoes/tarifa-social-de-energiaeetrica/tarifa-social-de-energia-eletrica>. Acesso em Novembro de 2015.

BRASIL/ Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria GM/ MDS nº 551, de 9 de novembro de 2005. **Regulamenta a gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família.**

COUTO, Berenice Rojas, et al: **O Sistema Único de Assistência Social: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2011.

DEMO, P. **Cidadania tutelada e cidadania assistida.** Campinas, SP: Autores Associados, 1997. _____. Introdução à metodologia científica. São Paulo. São Paulo: Atlas, 1985. _____. Transferência de Renda – Política Social como efeito de poder. UnB, 2005. 64

GAZOTTO, Mireille Alves. **A contribuição profissional e qualificada do assistente social no programa bolsa família.** Disponível em www.ufcm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/.../156. Acesso em outubro de 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Gil, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
<http://mgs.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios/beneficios>

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **As dimensões ético-político e teórico-metodologias no Serviço Social Contemporâneo.** In: Mota ET AL (Org.). Serviço Social e Saúde. 3 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: OPAS, OMS Ministério da Saúde, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Programa Bolsa Família: Uma década de inclusão e cidadania.** Brasília, 2013. ISBN: 978-85-7811-186-1. Disponível em: <http://www.slideshare.net/bolsafamilia10anos/livro-bolsafamilia10anos>. acessado em: 13/11/2013.

IV CODS colóquio organizações desenvolvimento e sustentabilidade novos caminhos para gestão organizacional 21 e 22 de novembro de 2013
www.unama.br/coloquio

LOPES, Edilene; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **A prática profissional do assistente social no Programa Bolsa Família e seu reatamento na Gestão local.** www.ets.unc.edu.ar/xxseminario/datas/3/3br_Lopes_souza_stamp.pdf> acesso em outubro de 2011.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 10. Ed. São Paulo; Hucitec, 2007.

MIOTO, R. C. T. **Reconstruindo o processo: a construção de uma outra cartografia para a intervenção profissional dos assistentes sociais com famílias.** Projeto de pesquisa. Florianópolis, 2002.

Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome (MDS). **Perguntas e respostas sobre o Bolsa Família.** Brasília, 2005. <diponivelwww.mds.gov.br>.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, **LOAS**. Disponível www.mds.gov.br/...loas...%20loas%20anotada%202009.../downlo.>. Acesso em outubro de 2015.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Presidência da Republica. **Lei 10.836** de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família, 2004. Publicado 01/07/2015 16h33, BRASIL/MDS.

Resolução nº 109. **Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS)**. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasil, 2009.

RIBEIRO, Eveline Alves. **Significados de pobreza, assistência social e cidadania**. Fortaleza: Ed. UniCeará, 2007.

ROCHA, S. **Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de renda**. São Paulo: Contemporânea, 2005.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Ed. Abril, 1988.

SANTOS, J. B. F. dos. Pobreza e exclusão social na América Latina. In: **América Latina: transformações econômicas e políticas**. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Coord.). **O Bolsa Família no enfrentamento à pobreza no Maranhão e no Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; Lima Valéria Ferreira Santos de Almada. **Avaliando o Bolsa Família: Unificação Focalização e Impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. A política Brasileira no Século XXI: **A Prevalência dos programas de transferência de renda**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social v**. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca básica de Serviço Social).

SOUZA Rosimary Gonçalves de; Monnerat Giselle Lavinias. **Retratos de Famílias: Perfil e Trajetórias dos beneficiários do Programa Bolsa Família**. In: Alencar, Marco José de Oliveira; Mônica Maria Torres de. (Org.). **Família e Famílias: práticas e convenções contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

SPOSATI, Aldaíza. **Mínimos Sociais e Seguridade Social: Uma revolução da consciência de cidadania**. In: Cadernos do Núcleo de Seguridade Social e Assistência Social da PUC/SP, 2007.

SPRANDEL, M. A. **A pobreza no paraíso tropical: interpretações e discursos sobre o Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, Nildo. **A Teoria da Revolução Proletária em Otto Ruhle.** Revista Enfrentamento, V.7, P.73-82, 2012.

VIEIRA, Talita Carmonia. **O PAIF e a intervenção do Assistente Social na realidade das famílias brasileiras.** Disponível em www.webartigos.com/artigos/opaif-e-a-intervencao-do-assistente-69k. Acesso em outubro de 2011.

WEISSHEIMER, Marcos Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE A- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS DR. LEÃO SAMPAIO CURSO DE
SERVIÇO SOCIAL**

Esta pesquisa foi nomeada: Programa Bolsa Família: Dependência ou Emancipação, no bairro Palmeirinha em Juazeiro do Norte-Ce, está sendo elaborada pelo (a) aluno (a) Francislania Maria do Nascimento. A finalidade da atividade desenvolvida é analisar e tentar compreender se as famílias beneficiárias do programa se emanciparam ou continuam dependentes do mesmo.

A sua participação na pesquisa é de cunho voluntário e, em vista disso, o (a) senhor (a) não é obrigado (a) a conceder as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. Caso queira em qualquer momento desistir, não sofrerá nenhum malefício. Na hipótese de publicação desse trabalho o seu nome será mantido em sigilo. O pesquisador estará a sua disposição para qualquer explicação que considere necessário em qualquer etapa da análise.

Diante do exposto, eu _____

declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa com a publicação dos resultados.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Juazeiro do Norte-CE, _____ de _____ de 2015.

APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS BENEFICIÁRIOS

1) Sua idade?

() 18/25 () 26/35 () 36/45 () 46/55 () + de 56 anos

2) Sexo: () Masculino () Feminino

3) O Sr.(a) realiza alguma atividade remunerada? Em caso afirmativo, qual?

4) Qual o número de pessoas que moram na mesma casa que você?

5) Qual a renda familiar (sem considerar o PBF)?

6) Há quanto tempo você é beneficiário (a) do PBF?

7) Qual o valor do benefício que a família recebe?

8) O Sr. (a) é beneficiário(a) de algum programa complementar? Brasil Carinhoso ()
Baixa Renda () Cesta Básica mensal () não recebe

9) O Sr. (a) ou alguém que faz parte de sua composição familiar recebe algum outro benefício assistencial? () BPC idoso () BPC deficiente () não recebe () Outros

10) Já houve algum bloqueio no seu benefício do BF qual motivo?

11) Você sabe o que significa condicionalidades do PBF?

12) Com o dinheiro do benefício o que você costuma comprar?

13) Quais as dificuldades encontradas pela sua família caso venham a não se enquadrarem no perfil do programa?

14) Como sua família fazia para se manter quando não tinham o benefício?

15) Você já teve que omitir informações para continuar no programa?

16) Dentro das condições atuais se o programa acabasse hoje o que a senhora(o) faria?